



**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, em conjunto com a 3ª Reunião da Comissão Mista, destinada a examinar a Medida Provisória nº 567, de 2012.

Audiência pública: debater o atual cenário da economia brasileira e as novas regras de cálculo dos rendimentos das cadernetas de poupança, instituídas pela Medida Provisória nº 567, de 2012, que estabelece regras para a desindexação da economia.

Esta reunião, como é conjunta, deveria ser presidida pelo Senador Dornelles, o nosso decano. Mas o Senador Dornelles abriu mão. Portanto, estou indo para o sacrifício.

Os requerimentos para a realização da audiência pública são: Requerimento nº 17, de 2012, do Senador Eduardo Braga e outros. O Requerimento nº 001, de 2012, da Medida Provisória nº 567, de 2012, de autoria do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O Convidado: Ministro Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda.

Peço aos Parlamentares, Senador Acir Gurgacz e Senadora Vanessa Grazziotin, que acompanhem o Ministro da Fazenda Guido Mantega até a nossa reunião, para ter assento à Mesa dos trabalhos. (Pausa.)

O Senador Humberto Costa chegou com o braço machucado. Deve ser o Encontro de Recife, para a escolha do candidato a Prefeito. (Risos.)

Eu gostaria só de registrar, mais uma vez, Senador Walter Pinheiro, nosso Líder aí presente, competente Líder do PT no Senado Federal, que *de acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas:*

*S. Ex<sup>a</sup>, o Sr. Ministro Guido Mantega, terá 30 minutos para fazer sua exposição – aí, Ministro, V. Ex<sup>a</sup> toca suas coisas do seu jeito, com tranquilidade, com serenidade. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Parlamentares inscritos.*

Há aqui uma lista de inscrição.

*A palavra dos Parlamentares será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se Deputados e Senadores, porque estamos aqui – quero registrar mais uma vez – com a presença dos Deputados Mendes Thame, Pauderney Avelino e Izalci Lucas, aqui do Distrito Federal, além dos Senadores que compõem não só a Comissão Mista, como também a Comissão de Assuntos Econômicos.*

*O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, tendo prazo máximo de dois minutos para réplica, concedendo ao mesmo Ministro mesmo tempo para tréplica.*

Como a Casa está cheia, quero até propor a V. Ex<sup>as</sup> fazermos perguntas em bloco ao Ministro Guido Mantega, se não ele vai sair daqui às duas



horas da tarde. Portanto, sei que muitos Parlamentares aqui, também, fazem parte da Comissão Mista, da CPMI, que inicia seus trabalhos provavelmente às 14 horas.

Assim, sugiro a V. Ex<sup>as</sup> – se concordarem – abrirmos blocos de cinco Parlamentares, perguntando ao Ministro Guido Mantega, e este responde para dar agilidade aqui a esta audiência pública.

As Sr<sup>as</sup>, os Srs. Senadores e os Srs. Deputados que aprovam a minha sugestão permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Vamos fazer, então, em bloco de cinco.

Quero só registrar que amanhã, às 10 horas, a CAE reúne-se para a sabatina dos novos gestores do Cade e, às 15 horas, para a audiência pública dos portos, uma iniciativa da elegante Senadora Kátia Abreu, aqui presente.

Então, está marcada para amanhã, às 15 horas, também a audiência pública dos portos.

Ela vai invocar o art. 14, e eu não vou permitir isso evidentemente.

Portanto, quero registrar a presença aqui do Deputado Roberto Freire, do PPS, que acabou de chegar.

Com a palavra o Ministro de Estado da Fazenda Guido Mantega para fazer a sua exposição.

Quero agradecer, mais uma vez, Sr. Ministro, sempre pela sua cordialidade. V. Ex<sup>a</sup> é sempre muito presente aqui na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

**O SR. GUIDO MANTEGA** – Muito obrigado, Senador Delcídio de Amaral, eu queria cumprimentá-lo como Presidente desta Comissão, da Comissão de Assuntos Econômicos. Quero cumprimentar o Senador Francisco Dornelles, Presidente da Comissão Mista; o Senador Lobão Filho, Vice-Presidente desta Comissão; quero cumprimentar o Deputado Henrique Fontana, Relator da Comissão Mista; e os demais Parlamentares, Senadores, Deputados aqui presentes. Quero cumprimentar também o Senador Eduardo Braga, o nosso Líder no Governo.

Vou fazer uma rápida exposição da situação econômica brasileira e mundial neste momento. Falarei também das mudanças nas regras da poupança e outros assuntos de interesse dos senhores. Falarei também das medidas para estimular a indústria automobilística e bens de capital que foram anunciadas ontem.

Então, vamos começar.

Todos sabem que a situação da economia internacional está se agravando nos últimos meses. Isso demonstra que a estratégia de austeridade fiscal abraçada pelos países europeus não está dando certo, porque essa estratégia de consolidação fiscal, de ajuste fiscal não veio acompanhada de medidas de estímulo econômico. Portanto, o resultado dessa estratégia é de



---

derrubar as economias, de levá-las a um baixo crescimento ou até mesmo à recessão.

Em função disso, a economia europeia sofre graves perturbações porque os países que mais sofrem são os da periferia europeia, aqueles mais fragilizados. E, novamente, coloca-se a questão da Grécia continuar ou abandonar a Zona do Euro.

Se houver uma saída não administrada, vamos dizer assim, poderemos ter graves problemas na Zona do Euro, principalmente no setor financeiro, no setor bancário, que é aquele que carrega as dívidas dos vários países, inclusive da Grécia, da Irlanda, de Portugal, da Espanha e assim por diante. Portanto, estamos de novo diante da iminência de problemas no setor financeiro que afetam não só a União Europeia, mas afetam o mundo como um todo.

No caso dos países emergentes, essa situação, levando em conta que o mercado europeu é o segundo maior mercado mundial, depois dos Estados Unidos, e mesmo os Estados Unidos também não estão indo maravilhosamente bem, a economia cresce pouco, portanto, os dois maiores mercados do mundo em dificuldades acabam afetando o crescimento dos países emergentes, a partir principalmente da redução do volume de comércio.

Uma boa parte dos países emergentes depende de exportações para estes mercados: mercado europeu e mercado norte-americano. Com o encolhimento desses mercados, os países emergentes começam a sentir uma redução e, portanto, se instaura, mundialmente, certa inquiétude e uma preocupação que acaba se transformando no que se chama de aversão a risco.

Aversão a risco é o temor de que algo mais grave possa acontecer, alguns bancos possam quebrar ou coisa parecida. Portanto, os credores tiram os seus recursos, os seus ativos e levam para lugar seguro, levam para os Estados Unidos, parte para a Alemanha, para os mercados mais seguros. É isso que chamamos de fuga de capitais, que se dá de todos os países de modo geral.

O Brasil está preparado para enfrentar um agravamento desta crise, está até mais preparado do que estava em 2008, quando tivemos pleno sucesso no enfrentamento daquilo que foi talvez a maior crise da economia mundial nos últimos 80 anos. E, desta vez, nós temos quase o dobro das reservas que tínhamos naquela época, em 2008. Temos mais de US\$370 bilhões em reserva – tínhamos menos de US\$200 bilhões –; temos uma situação fiscal mais sólida; a nossa dívida diminuiu em relação àquela época; a nossa relação dívida/PIB é menor, portanto, temos mais solidez; os instrumentos para eventuais intervenções do Estado, colocando mais recursos ou colocando mais recursos ou colocando mais créditos para a economia. Estão disponíveis, e nós também já aprendemos com aquilo que fizemos no passado. Temos um volume alto de compulsórios, que o Banco Central poderá liberar. Enfim, estamos preparados para um eventual agravamento da crise europeia.



Passa adiante.

Essa crise leva à retração da economia mundial, conforme pode ser visto. Ali, 2012, é a projeção do crescimento da economia mundial de 3,1%. A soma de todos os países. Portanto, nós podemos ver que é um dos piores momentos da economia mundial em termos de crescimento em 2012.

Passemos adiante.

Ali, nesse gráfico, estão assinalados os países que vão ter, em 2012, crescimento menor do que em 2011 e aqueles que terão crescimento maior. Os que terão crescimento menor estão em vermelho e os que terão crescimento maior estão em azul. Então, os senhores podem ver que predomina o vermelho nesse gráfico. Isso significa que a maioria dos países terá, em 2012, uma taxa de crescimento do PIB menor do que em 2011. Mesmo países normalmente dinâmicos, como é o caso da China, como é o caso da Índia, terão redução nas suas taxas de crescimento. A China, que teve um crescimento de 9,2% em 2011, que já foi menor do que 10% em 2010; em 2012 deverá ter crescimento em torno de 7,5%. Portanto, houve uma redução. O mesmo ocorrerá com a Índia, o mesmo ocorrerá com a Rússia e assim por diante. Felizmente, o Brasil figura entre os países que têm possibilidade de crescimento maior em 2012 do que em 2011. É verdade que nós já tínhamos acelerado mais, em 2011, e temos as condições para, em 2012, crescemos mais.

Passemos adiante.

Nesse quadro, nós temos um exercício do que seria um aprofundamento da crise na Europa, qual seria a consequência desse estresse maior sobre as várias regiões do mundo. Então, podemos ver que as regiões que mais seriam afetadas por um agravamento dessa crise, por um estresse, seriam as que estão assinaladas em vermelho. Os países que estão em vermelho são os que podem perder até 3% de crescimento do PIB, caso haja um estresse maior na crise internacional. Ou seja, se o país ia crescer, digamos, 3%, ele vai crescer zero, em função da crise. Aquilo que está em vermelho são principalmente os países da Europa e mais o norte da África, que estão nessa condição. Em amarelo, aqueles que sofrem uma perda de 2% a 3% do PIB, que seriam Reino Unido, lá em cima; ali, deve ser Finlândia, etc. Poucos países com essa repercussão. Depois nós temos os que terão um impacto moderado, ou seja, uma perda de 1% a 2% do PIB. São aqueles em verde. Então, temos ali a Rússia, o Canadá, os Estados Unidos, a Austrália, a África do Sul. Perderão uns 2%, caso haja esse estresse maior.

E, felizmente, os países menos afetados pela crise, que terão uma redução menor de PIB, em torno de 1%, são os países da América Latina e da África. Esse é um estudo do Fundo Monetário. Não é nosso. Chama-se "Conclusão do Fundo Monetário". Felizmente, o Brasil e a América Latina estão entre os países que, caso haja um estresse maior, sofrerão uma perda de PIB, em



---

relação àquilo que estava projetado, em torno de 1%. Então, se fossem crescer, por exemplo, 5%, cresceriam 4%.

O importante é que continuarão crescendo e não sofrerão mais recessão.

Passe adiante.

Bom, tendo em vista esse cenário, esse cenário mais adverso, quais são os desafios principais que nós temos para 2012? Nós temos o desafio de acelerar o crescimento num cenário mundial adverso, o que não é uma coisa fácil evidentemente. Por isso é que está colocado como desafio. Não é algo trivial, não é algo automático. É preciso muitas ações para que isso possa se concretizar. Isso passa pela dinamização dos investimentos. Os investimentos têm que crescer; manter um mercado interno forte; continuar mantendo um fortalecimento do mercado interno; a solidez fiscal e o controle da inflação são fundamentais; manter o câmbio favorável, porque o câmbio define em grande parte a competitividade dos países. É preciso ampliar o crédito e reduzir as taxas de juros do sistema financeiro. Ou seja, é preciso continuar reduzindo o custo financeiro no Brasil. Além disso, continuar as reformas do sistema tributário orientado pela desoneração. Continuar a desoneração do sistema tributário brasileiro.

E, finalmente, por último, mas não menos importante, reduzir o custo da energia logística em infraestrutura.

Esses últimos desafios são desafios permanentes, diga-se de passagem, independem da crise. A economia brasileira tem sempre que enfrentar esse desafio de reduzir o custo financeiro. Nós temos que permanentemente buscar reduzir o custo financeiro e temos que buscar sempre reduzir o custo tributário, reduzir a tributação, assim como o custo da energia logística em infraestrutura. Porém, num momento de crise, esse desafio torna-se mais importante. Ou seja, devemos nos dedicar mais a obter essas reduções de custo no País, para que o País possa ser mais competitivo num momento em que todos os países ficam mais competitivos.

O cafezinho passou direto aqui?

O expositor não faz jus... Só a um copo d'água. (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Café para o Ministro.

**O SR. GUIDO MANTEGA** – Não faz jus a um cafezinho.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco/PT – BA) – É o corte pela crise.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós vamos servir, Ministro, é suco de maracujá. (*Risos.*)

**O SR. GUIDO MANTEGA** – Passando adiante...

Bom, então o desafio é acelerar os investimentos, investimentos privados, que são os mais importantes, por causa do seu volume, e também investimentos públicos que, num momento como esse, são indutores de investimentos privados.



---

Aí eu estou mostrando o que está acontecendo com o PAC; os desembolsos já efetuados com o PAC de 2012. Nós temos uma dotação de R\$42 bilhões aproximadamente.

E aqui eu estou mostrando aquilo que já foi gasto e comparando com o ano anterior. Então, aqui em abril, valores pagos no PAC: R\$11,300 bilhões contra R\$ 7,600 bilhões, em igual mês do ano passado.

Isso é uma novidade que eu estou apresentando aqui, Senador Delcídio. Não foi divulgado ainda esse número; estou divulgando...

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É importante.

**O SR. GUIDO MANTEGA** – ...os gastos de investimentos do PAC, que continuam numa ascensão. Portanto, 50% a mais do que no ano passado. É um pouco menos do que 50%.

Vamos passar adiante.

Bom, essa é a trajetória de investimentos que nós vamos perseguir, que temos que conseguir. No ano de 2012, está lá assinalado, para um PIB de aproximadamente 4%, nós teríamos que ter 8,8 % de crescimento sobre o investimento do ano anterior. Ou seja, o investimento tem que crescer sempre mais do que o PIB para termos um crescimento de qualidade.

E aí as projeções que temos para os anos seguintes.

Podemos passar adiante.

Essas são as perspectivas de investimento estimadas pelo BNDES e pelo Bradesco, em bilhões de reais. Nós temos ali o período 2007/2010, cujo montante foi 461 bilhões; e o período 2012/2015, em que se espera 597 bilhões, de acordo com essas estimativas.

Eu queria ressaltar ali: setor de petróleo e gás, 354 bilhões, que é o setor mais importante em termos de investimento – aí está a Petrobras, o pré-sal e tudo mais –; depois, a indústria extractiva; e, em terceiro lugar, a indústria automotiva, que deverá ser responsável pelo maior volume de investimento do setor manufatureiro, 56 bilhões. De todo o setor manufatureiro, a indústria automobilística é a que fará os maiores investimentos. Essa é uma das razões pelas quais nós temos que nos preocuparmos com o bom desempenho da indústria automobilística – o volume de investimentos –, e há outras razões.

Passamos adiante.

O Brasil tem uma vantagem em relação a outros países, que é um mercado consumidor forte. Esse mercado continua dinâmico. Nós temos, em 2012, a previsão de um crescimento. Essa é a evolução do comércio varejista, o aumento do comércio varejista. Em 12 meses, terminados em março, temos 6,7 de crescimento. É um bom crescimento. Ele é um crescimento suficiente para estimular o crescimento dos investimentos e da atividade econômica para o País.

Passamos adiante.



---

Isso explica por que nós precisamos menos do mercado externo para estimular o nosso crescimento.

A continuação da criação de empregos, que é uma coisa rara hoje no mundo, porque o mundo vive um grande desemprego, principalmente os países europeus e ainda os Estados Unidos, mas nós deveremos criar mais de 1 milhão e 300 mil, ou 1 milhão e 400 mil novos empregos, em 2012.

Passamos adiante.

Essa é a comparação de taxas de desemprego do Brasil, que está em verde; da zona do euro, em azul; e dos Estados Unidos, em vermelho. Então, nós podemos ver como caminhamos em direções opostas em matéria de desemprego. O desemprego brasileiro diminui ao longo do tempo – está aí desde janeiro de 2005; era mais que 10, cai para 5,7 na atualidade –, enquanto o desemprego da zona do euro atinge o seu maior nível – 10,8% da população –; e o dos Estados Unidos melhorou um pouco, mas ainda está num patamar muito elevado – 8,3. Portanto, estamos numa situação muito mais favorável em termos de desemprego.

Passamos adiante.

Nós temos ali a massa salarial, que é o aumento da população remunerada mais o aumento real dos rendimentos. E nós podemos ver que essa massa salarial tem aumentado nos últimos anos. É uma das principais causas do aumento do mercado interno brasileiro e continuará sendo, porque, mesmo em condições um pouco mais adversas, estamos com um crescimento na massa salarial em torno de 5% ao ano. Portanto, um excelente desempenho tendo em vista as condições mundiais.

Passamos adiante.

O Governo continua fazendo uma política de solidez fiscal. Nós já realizamos... Isso aqui é só o Governo central; não é o primário como um todo. Até o mês de março, nós já fizemos 33,8 bilhões de superávit primário, que supera a meta estabelecida para o quadriênio. Era 28, fizemos 33. Portanto, estamos cumprindo à risca as metas de solidez fiscal.

Passamos adiante.

Com isso, continuaremos reduzindo a relação dívida/PIB, devendo chegar ao final deste ano com uma dívida/PIB em torno de 35%, o que é um indicador muito favorável. Isso mostra uma dependência menor, um endividamento menor do Estado brasileiro, que é muito bom numa situação de crise.

Passamos adiante.

Aqui temos o gráfico da inflação. Nós podemos ver que a inflação vem caindo e que, nos primeiros quatro meses de 2011, tivemos índices de IPCA menores do que... Nos quatro meses de 2012, tivemos quatro meses com inflação inferior à de 2011. Portanto, a inflação está em declínio em 2012 em relação a 2011.



Passamos adiante.

O câmbio já se encontra numa situação mais favorável para a competitividade do Brasil, o que significa que, para a indústria, o setor mais atingido pela crise, as condições cambiais são mais favoráveis. Ou seja, as importações ficam mais caras, e as exportações brasileiras, mais baratas, dando-nos mais competitividade. Então, reduz-se o custo Brasil em dólares numa série de itens, o que torna o País mais competitivo.

Então, estamos vendo ali a mudança de patamar em relação ao primeiro semestre do ano passado, quando a média do câmbio era R\$1,63, e agora estamos com uma média acima de R\$1,80 nas últimas semanas, algo em torno de R\$2,00 por dólar.

Passamos adiante.

As reservas internacionais estão elevadas, portanto nos deixam numa situação favorável. O Brasil é um dos cinco ou seis países com maiores reservas do mundo.

Passamos adiante. (*Pausa.*)

Adiante.

Aqui temos a evolução do crédito no Brasil. Como percentual do PIB, houve uma evolução muito grande, até 2011. E notamos que, de 2011 para 2012, houve uma desaceleração do crescimento do crédito. Então, essa desaceleração deixou mais escasso o crédito no Brasil e é uma das razões pelas quais nós desaceleramos o crescimento do País. Portanto, uma das respostas para acelerar novamente o crescimento é uma liberação de um volume maior de crédito.

Passamos adiante.

Nós estamos com uma redução da taxa básica de juros desde agosto do ano passado, portanto vem barateando o custo financeiro no País. Ainda não é o ideal, evidentemente, mas já estamos com juros reais bem menores do que tivemos no passado, o que favorece a atividade produtiva.

Passamos adiante.

Porém, ainda nós temos *spreads* elevados no setor privado, portanto temos ainda uma margem grande de redução, que pode ser feita, do custo financeiro ao consumidor brasileiro. Com a redução de custo financeiro, o consumidor terá acesso a mais bens e terá uma situação do seu orçamento doméstico mais favorável.

Passamos adiante.

Vou entrar, agora, na mudança das regras da poupança. Foi justamente porque temos a necessidade de continuar reduzindo o custo financeiro no Brasil, as taxas de juros, é que tivemos de fazer mudanças nas regras de remuneração da poupança. Nós não podemos ter nenhum obstáculo, nenhum empecilho que possa impedir que as taxas de juros continuem caindo. E a regra anterior da poupança se constituía nesse obstáculo. Vou mostrar por quê.

Passe adiante.



---

Aqui é uma comparação entre os rendimentos da caderneta de poupança e os rendimentos de fundos de investimentos, que são aplicações corriqueiras do poupador brasileiro. Em geral, o poupador de maior renda vai para fundos de investimento, para aplicar seu recurso.

Vamos examinar ali quando a Selic está em 9%, o que é o caso atual.

Quando a Selic está em 9%, que é o caso atual. Vamos comparar os rendimentos da poupança e os demais rendimentos. Estamos vendo ali, na torre marrom, que quando a Selic é 9%, o rendimento anual da poupança é de 6,8% e o rendimento de um fundo de renda fixa, que é aquele azul mais escuro, com uma taxa de administração de 0,5%, o rendimento líquido, descontado do Imposto de Renda, é de 6,4%. Portanto, já há um rendimento menor num fundo de investimento com uma taxa de administração baixa. Os senhores sabem que não é fácil obter 0,5% de taxa de administração, somente para aqueles investidores com maior volume de recursos, geralmente as instituições financeiras cobram uma taxa maior do que essa que está aí. Inclusive, esse cálculo foi feito com um Imposto de Renda de 17,5%, que é um médio, é para o aplicador que fica mais tempo nesta aplicação. Porque, se fosse o aplicador que aplicasse só por seis meses, o Imposto de Renda seria 22,5%, maior do que esse.

Então, quero mostrar que já com este patamar de taxa de Selic já ocorre uma desvantagem dos fundos de investimento. Por quê? A rentabilidade bruta do fundo de investimento não é 6,4, é algo como 8,5% ou 9%, é próximo à Selic. Porém, quando você retira o Imposto de Renda e a taxa de administração, o que resta é algo como 6,4, daí o risco de migração dos investidores dos fundos para a poupança. A poupança seria o refúgio para grandes investidores que se deslocariam para lá para obter um rendimento maior.

Passamos adiante.

Com isto, nós teríamos um problema de engessamento da taxa de juros, você não conseguiria reduzir as taxas de juros no País, porque você teria esse primeiro piso de juros e não se esqueça que a aplicação significa taxa de captação, ou seja, as instituições financeiras estão captando nesse patamar. Se elas captam a um juro mais alto e o juro não cai, elas vão emprestar também a um juro mais elevado. Portanto, isso é um primeiro problema, estabelece um piso para a queda da taxa de juros. Além disso, o Tesouro que coloca os seus títulos, que oferece seus títulos, cuja dívida está em torno de 1,8 trilhão, portanto, tem que rolar essa dívida e colocar papéis no mercado, não conseguiria baixar as taxas de captação, porque teria um competidor grande, que seria essa poupança. Para o Tesouro poder captar, ele teria que elevar as suas taxas de juros e não baixá-las. Com isso, portanto, teríamos um impedimento geral para a redução das taxas de juros.

Esse impedimento seria prejudicial a toda economia brasileira, porque quando você reduz as taxas de juros, reduz o custo financeiro, aumenta o



poder aquisitivo da população, que pode comprar mais bens financiados; reduz a dívida pública, os encargos da dívida pública. Portanto, todos... Acredito que a esmagadora maioria da sociedade brasileira se beneficia com a queda da taxa de juros, todo mundo se beneficia, as dívidas ficam menores, o poder de compra fica maior. Então, beneficia todos, inclusive aqueles que aplicam na poupança, porque o cidadão que aplica na poupança; por outro lado, deve ter um crediário onde ele compra uma geladeira, uma televisão, adquire um carro, adquire uma habitação e paga taxa de juros. Então, para ele é melhor que haja uma redução...

Por outro lado, não é possível haver um descompasso, por um lado os aplicadores ganhando taxas de juros elevadas e, por outro lado, a economia rodando com uma taxa mais baixa. É uma contradição.

Então, para corrigir isso, nós tivemos que fazer essa mudança na regra da poupança, preservando ao máximo os interesses e os direitos da maioria dos poupadore brasilieiros.

Então, o que foi feito foi o seguinte: naquela ocasião em que nós fizemos a medida – já se passaram três semanas, eu acredito –, havia cerca de 100 milhões de cadernetas de poupança ativas no País. Esses 100 milhões de cadernetas correspondiam a um volume de R\$431 bilhões.

Para essas cadernetas e esses poupadore, para esse saldo aplicado, foram mantidas exatamente as regras que estavam vigorando, portanto, uma remuneração fixa de 0,5% ao mês, que representa 6,17% ao ano, mais a TR mensal. Portanto, mantivemos exatamente os preceitos da Lei nº 8.177, de 1991. Não mudou absolutamente nada.

Além disso, foi mantida a regra, a fórmula da TR, que ficou igualzinha como estava, não mudou nada, e todas as virtudes da caderneta de poupança foram mantidas, ou seja, a caderneta continuou uma aplicação totalmente segura, com liquidez imediata, com facilidade de aplicação. Qualquer aplicador pode fazer pela Internet, em qualquer parte do País. É algo absolutamente simplificado, tem rentabilidade mensal, quer dizer, basta aplicar e, um mês depois, você já tem rentabilidade, e tem isenção de Imposto de Renda. Então, todas as vantagens para esse instrumento.

Portanto, ele continuará sendo um instrumento para a população de poupança mais modesta no País.

Passamos adiante.

Para os depósitos feitos a partir do dia 04 de maio, ou seja, uma nova poupança passa a vigorar uma nova regra. Essa regra só passa a vigorar desde que a Selic caia abaixo, seja igual ou menor a 8,5%. Se e quando a Selic cair abaixo de 8,5%, o rendimento da poupança passará a ser 70% da Selic mais TR. Se ficar acima de 8,5%, continua exatamente a mesma remuneração, ou seja, mesmo para os novos depósitos feitos a partir do dia 04, enquanto a Selic estiver acima de 8,5%, que é o caso atual – atualmente, nós estamos com 9% –, portanto, todas as aplicações da poupança feitas a posteriori continuarão



---

exatamente com a mesma remuneração: 0,5% mais a TR mensal. Abaixo de 8,5% significa, portanto, que a inflação está mais baixa, portanto, o juro real é mais elevado, então, aplica-se essa nova regra de 70% da Selic mais TR.

Passamos adiante.

Todas as virtudes da poupança foram mantidas, ou seja, nos novos depósitos, só mudou a regra de remuneração, porém, são mantidos todos os predicados que tem a poupança: liquidez, rentabilidade mensal, isenção de Imposto de Renda, isenção de taxa de administração.

Mesmo com essa mudança, a poupança continua sendo um dos rendimentos mais interessantes para a sociedade brasileira.

Passamos adiante.

Por que foi escolhido os 70% da Selic como parâmetro para remunerar a poupança?

Os senhores sabem que a Selic é o parâmetro básico, é a taxa básica de juros do Banco Central, mas também é a remuneração básica das aplicações financeiras.

Quem vai aplicar num fundo de renda fixa, em geral, ganha o equivalente ao CDI, que não passa da Selic. Em geral, vocês vão ser informados pelo banco, vocês vão receber 98% do CDI, ou 102% do CDI, ou 95% do CDI.

O CDI é praticamente a Selic, portanto, a Selic é a taxa de referência das aplicações financeiras, só que quem aplica nessa modalidade, não nos esqueçamos, paga Imposto de Renda e paga taxa de administração. Portanto, a diferença de 100% para 70% é mais ou menos esta: é tirar o Imposto de Renda e tirar a taxa de administração.

Nós observamos uma série histórica de 2002 até 2012, os últimos dez, onze anos, para ver em que patamar a remuneração da poupança correspondia à da Selic. E descobrimos aquilo que os senhores estão vendo lá: na maior parte do tempo, a remuneração da poupança era inferior a 70% da Selic. Por exemplo, em 2002, 48% da Selic; em 2003, 47% da Selic; e assim por diante. Só num determinado momento, em 2010, é que a remuneração foi 70% da Selic. E foi exatamente esse patamar que nós escolhemos, o mais alto patamar que já teve a poupança em relação à Selic. Portanto, ficou como fixo 70% da Selic a remuneração da poupança. Se a Selic cair, a remuneração dessa nova poupança cai também proporcionalmente; se subir, ela sobe também; e assim por diante.

Passamos adiante.

Fizemos aqui uma simulação com a nova regra da poupança, agora, para verificar a remuneração com a nova regra. Então, vamos pegar a Selic a 8%; portanto, já entrou em vigor, teria entrado em vigor a nova regra da poupança. Isso são hipóteses. Eu não estou falando aqui que a Selic vai para 8%, longe de mim. Aqui nós temos 8, 9, 12, 7, temos todos aqui, mas só estou pegando o exemplo de quando a Selic estiver numa posição que já deu o *start*, que já provocou a entrada em vigor da nova regra. Se fosse 8%, a remuneração da



poupança seria 5,6%, sendo que a remuneração de um fundo de investimento de renda fixa com a taxa de administração a menor possível – por enquanto, 0,5% – é 5,7%. Portanto, o fundo de renda fixa, o melhor fundo, o mais bem remunerado está empatando com a remuneração da poupança. Se pegarmos o fundo de renda fixa com uma taxa de administração de 1,5%, o fundo de renda perde para a poupança: 4,8. Portanto, nós transformamos a poupança num dos melhores rendimentos da economia brasileira neste cenário de redução de juros naturalmente. Então, isso está ali demonstrado.

Passamos adiante.

Então, em função disso, nós acreditamos que a poupança era e continua sendo uma das aplicações mais interessantes, mais seguras para os pequenos e médios poupadore. De certa forma, os pequenos e médios poupadore têm condições de ter uma remuneração igual ou maior até do que grandes poupadore, que estarão em outros instrumentos. Portanto, foram mudanças. Fizemos a menor mudança possível. Fizemos uma mudança que fosse muito inteligível, que fosse clara, que pudesse ser compreendida com facilidade por todos. E me parece que fica nítido que não há prejuízo da população. Os direitos foram mantidos. Direitos adquiridos foram assegurados. E o resultado disso é que, depois que entraram em vigor as novas regras, os depósitos em poupança aumentaram, o que mostra que a população está satisfeita com a nova modalidade. Houve um aumento de depósitos no período posterior ao dia 04 de maio.

Para finalizar, ontem, nós lançamos novas medidas de estímulo à economia. É uma sequência de medidas que nós temos tomado e que os senhores têm aqui acompanhado, mesmo porque as leis estão tramitando aqui, no Congresso. A medida do Brasil Maior está tramitando e possui vários estímulos à economia: redução de tributos, redução do custo financeiro, etc. E o que fizemos ontem foi um conjunto de medidas para estimular o setor automotivo e o setor de bens de capital.

O setor automotivo é um dos mais importantes da indústria manufatureira brasileira, pelo tamanho da sua cadeia produtiva – é uma cadeia longa –, pelo volume de empregos que gera. Só os empregos na área de comercialização chegam a 400 mil nessa área, e não queremos que haja demissão alguma, nem nesse, nem em outros setores. Por isso, temos tomado medidas para garantir o nível de atividade desses setores.

E os bens de capital, porque significa baratear investimentos, o que é bom para todo o sistema produtivo brasileiro. São medidas financeiras e medidas tributárias que vou explicar agora. Mas, antes disso, queria destacar que, para desembocarmos nessas medidas, foi feita uma longa negociação com os setores envolvidos nessa questão. Então, nos reunimos várias vezes com o setor financeiro, com a Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), que são os produtores; com a Abrav (Associação Brasileira de



---

Revendedores Autorizados de Veículos), que são os revendedores de veículos; e conversamos com os trabalhadores, enfim. E o Governo envolvido nisso, quando fizemos um compromisso em que cada um desses setores daria uma contribuição para redução do custo, redução do preço e redução do custo financeiro. Então, cada um entrou com uma contribuição nisso, de modo a tornar o produto mais barato para o consumidor e reduzir o custo do investimento no País.

Vamos adiante.

Bom, quais foram as medidas tomadas?

Para o setor automotivo, medidas financeiras. Os bancos privados e públicos se comprometeram em aumentar o volume de crédito, porque o volume de crédito está escasso. Ele foi reduzido para o setor, o que dificultou as vendas. Então, se comprometeram em aumentar o volume de crédito, reduzindo o percentual de entrada. As instituições financeiras aumentaram ultimamente o percentual de entrada para aquisição do veículo, o que o tornou mais difícil, menos acessível ao bolso do consumidor. Eles diminuíram as prestações. Então, tudo isso aumentou a parcela a ser paga pelo comprador, o que acabou comprometendo o desempenho do setor.

Então, houve um compromisso para aumentar o volume de crédito, reduzir a entrada, aumentar as parcelas e reduzir a taxa de juros para o setor. O Banco Central se comprometeu em reduzir o compulsório, liberar compulsório para que haja mais crédito para as instituições financeiras a um custo menor.

Então, além disso, passamos adiante.

O Governo se comprometeu a reduzir o IPI. No caso de carros até mil cilindradas, aqueles que estão no regime automotivo, aqueles que fazem investimentos no Brasil, etc., para o automóvel até mil cilindradas, o IPI de 7% foi reduzido a zero, até o dia 31 de agosto.

Aqueles fora do regime automotivo; aqueles que pagam 30% de IPI a mais, passaram de 37% para 30%. Portanto, foi equivalente.

Para automóveis de mil a duas mil cilindradas, no regime automotivo, de 11% passou para 5,5% o IPI; e, de 13% para 6,5%. Esclareço que 11% é para o carro *flex* e 13% para o carro a gasolina. Portanto, houve uma redução. Fora do regime automotivo, tem que adicionar 30% do IPI.

Para os utilitários, pagavam 4%. Vão pagar 1% de IPI; fora do regime, de 34% para 31%. A renúncia fiscal é estimada em 1,2 bilhão para essa modalidade. Isso é desoneração tributária.

Foi reduzido também o Imposto sobre Operações Financeiras, que incidia sobre o crédito ao consumidor pessoa física, que estava pagando 2,5% ao ano de IOF; nós reduzimos 1% e, portanto, passa a pagar apenas 1,5%. Isso vale não só para o financiamento automobilístico, mas para qualquer tipo de financiamento. É uma medida que favorece o crédito de modo geral. A renúncia dessa medida é de R\$900 milhões.

Passemos adiante.



O setor automotivo se comprometeu a dar descontos sobre o preço de tabela. Para os carros até mil cilindradas, um desconto de 2,5%; para os carros de mil a duas mil cilindradas, 1,5%; e, para os utilitários e comerciais, 1,5%. Portanto são coisas que se somam: você reduz o IPI e ainda tem o desconto dado pelas produtoras sobre o preço de tabela. Portanto, o carro de até mil cilindradas deveria cair algo como quase 10% o preço de venda do automóvel. É uma bela redução. Ajuda até a inflação, porque baixa a inflação.

Além disso, o setor produtivo se comprometeu a fazer promoções especiais e a não fazer demissão de trabalhadores, que é uma das questões mais importantes para o Governo, não permitir que haja demissão de trabalhadores. Não houve até agora, mas como o setor tem acumulado um volume grande de produtos de estoque, já estava ameaçando a começar dar férias coletivas, antecipar as férias coletivas. Dessa maneira, nós estamos evitando esse tipo de medida, de modo que as vendas absorverão esse estoque e impulsionarão novas vendas.

Vamos passar adiante.

Além disso, para beneficiar o setor de bens de capital, reduzir o custo dos investimentos, nós fizemos também reduções de taxas e juros do programa do BNDES chamado PSI (Programa de Sustentação do Investimento). No caso, o financiamento de exportações para embarque para grandes empresas, ou seja, capital de giro para empresas que fazem exportação, caiu de 9% ao ano para 8% ao ano, ou seja, está abaixo da Selic, é um financiamento mais barato. Para o financiamento de ônibus e caminhões, o custo do financiamento ao ano caiu de 7,7% para 5,5%, ou seja, 5,5%, o que significa quase juro real zero para o financiamento de caminhões e ônibus; significa o prazo de até 120 meses para pagar o caminhão e o ônibus. Caminhões e ônibus são bens de capital, transportam mercadorias, e isso é muito importante para reduzir custos da produção brasileira. Para o financiamento de máquinas e equipamentos a todos os segmentos da produção brasileira (indústria, agricultura), que compram máquinas e equipamentos poderão fazê-lo a uma taxa de juros que hoje era de 7,3% por 5,5% ao ano; taxa final ao ano também uma taxa bastante reduzida, de modo a reduzir o custo de investimento de todas as empresas.

No financiamento da Proengenharia, que é elaboração de projetos de engenharia, que são fundamentais para fazermos os investimentos, projetos desenvolvidos no Brasil, desenvolvem tecnologia, produtividade, houve a redução de 6,5% para 5,5%. Também houve alterações de prazos para a linha de financiamento de ônibus e caminhões do Procaminhoneiro, que foi elevado de 96 meses para 120 meses. Então esse é o conjunto de medidas que anunciamos ontem.

O que se espera dessas medidas é que haja... Bom este é o custo, pode passar adiante, de equalização, R\$619 milhões para essa redução de juros. E o resultado esperado dessas medidas é reduzir o custo do investimento ainda



mais, são novas medidas para reduzir custo de investimento, temos feito várias. E, para o setor automotivo, houve a redução do custo de tabela dos veículos; no caso de veículos de mil cilindradas, houve a redução de cerca de 10%. Mas houve uma redução também das parcelas pagas pelos consumidores de veículos. Desse modo, estamos dando mais um impulso para a manutenção de uma taxa de crescimento satisfatória no País.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro Guido Mantega. Foi uma bela exposição, didática, simples, entendível!

Passo a palavra, agora, ao Senador Francisco Dornelles, que é o Presidente da Comissão Mista.

Depois, concederei a palavra ao Senador Lobão e ao Deputado Henrique Fontana. E começaremos as interpelações.

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, quero cumprimentar o Ministro Mantega pela sua exposição.

Cumprimento também a Presidenta Dilma Rousseff pela edição da Medida Provisória nº 567, que estabeleceu o caminho para a redução da taxa de juros. Assim, conseguiu ganhar a confiança dos poupadões, e os depósitos na poupança aumentaram. Manteve a remuneração da caderneta de poupança praticamente no mesmo nível dos fundos de investimento. E ainda houve um aspecto positivo que, muitas vezes, não existe no Brasil: não houve caráter retroativo. A Medida é extremamente importante.

Ministro, quero também dizer a V. Exª que acompanhei as medidas anunciadas em relação ao setor automobilístico: aumento de crédito, redução das parcelas e das entradas. E estou certo de que o Governo também vai acompanhar o problema da inadimplência. Temos de manter nossas instituições fortes.

Em relação à Caixa Econômica, já existem, hoje, informações na imprensa de que há discussões no Governo para a proposta do Tesouro para custear a transferência de contratos inadimplentes da Caixa para a Emgea, que, hoje, administra o passivo.

Desse modo, acho que o Governo não pode esquecer, no momento, o problema da inadimplência na área das operações de compra de automóveis e, principalmente, a situação da Caixa. Na realidade, o que se está fazendo? O Governo, ao assumir os contratos de inadimplência, está botando dinheiro público em operações de uma entidade privada.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles.

Com a palavra, o Senador Lobão.



---

**O SR. LOBÃO FILHO** (Bloco/PMDB – MA) – Além dos cumprimentos exarados pelo Senador Dornelles, esta Casa agradece a atenção e a permanente disposição aos membros da equipe econômica e, principalmente, ao seu general maior, o Ministro Guido Mantega.

Sr. Presidente, cônscio de que a presença maciça nesta Comissão se destina a ouvir o Ministro Guido Mantega e não nós, parlamentares, e sabedor de que a lista de inscritos já alcança 27 inscritos, eu, que havia preparado uma lista de indagações, irei me limitar a apenas uma sucinta indagação.

O Ministro Mantega anunciou, neste mês, mudanças nas regras da caderneta de poupança, que visam a dar condições ao Banco Central de reduzir a taxa básica de juros, a Selic, para possibilitar que haja barateamento de crédito, aumento de consumo.

A pergunta é: o Governo estudou a possibilidade, apesar de ter sido dito que é remota, apesar das simulações favoráveis, apesar dos atrativos da poupança, de haver redução no fluxo de recurso para o setor habitacional?

Com as novas regras da caderneta de poupança, caso a Selic seja reduzida a 8,5% ou a menos, a poupança passará a ser possivelmente menos rentável. Nessa situação, poderá haver um desinteresse por parte dos investidores em continuar a aplicar na poupança. Sendo assim, consequentemente, isso prejudica o setor imobiliário, uma vez que 65% dos recursos da poupança são destinados ao financiamento habitacional.

Vale ressaltar que o setor imobiliário e o de construção civil são alguns dos segmentos que mais crescem na nossa economia. Há demanda de crédito permanente da população brasileira nesse setor, e ela é crescente e é grande.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lobão pela brevidade.

Concedo a palavra ao Deputado Henrique Fontana, Relator da matéria.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT – RS) – Nosso Presidente, Senador Delcídio, quero cumprimentar o Ministro Guido Mantega, que vem a esta reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão Mista que analisa a Medida Provisória da Poupança.

Quero cumprimentar o Senador Dornelles, o Senador Lobão, todos os Senadores e Senadoras e todos os Deputados e Deputadas que aqui estão.

Ministro, primeiro uma frase de elogio e incentivo, porque eu estava aqui tentando fazer as minhas contas e V. Ex<sup>a</sup> já tem a responsabilidade de dirigir a economia brasileira como Ministro da Fazenda há mais de seis anos. E uma característica dessa gestão tem sido exatamente a previsibilidade, a estabilidade e a construção de curvas positivas nos mais diferentes indicadores da economia brasileira.



Isso, aliás, Presidente Delcídio, é o que abriu esta pauta muito bem vinda da alteração das regras da poupança, porque ela se tornou necessária exatamente para abrir mais um passo nesta caminhada da queda da taxa de juros, que é o objetivo que toda economia saudável deve ter, porque isso evidentemente incentiva o setor produtivo, a geração de empregos e o crescimento do País.

Como Relator, Sr. Ministro, eminentes colegas Parlamentares, li com atenção todas as emendas que foram apresentadas à medida provisória e tenho primeiro um compromisso: o da rapidez com que pretendo apresentar este relatório, porque considero muito importante que nós, Parlamento, façamos a votação o quanto antes desta matéria, pela importância que tem a transformação desta legislação que está em vigor, através de medida provisória, numa lei votada pelo Parlamento: Câmara e Senado.

Ministro, eu questiono a V. Ex<sup>a</sup> algo que venho pensando nesses últimos dias, ao ler as emendas e também ao estudar a matéria, que é a preocupação de que aqueles poupadore, ou, melhor dizendo, aqueles cidadãos brasileiros que tiveram acesso ao crédito imobiliário, ao longo dos últimos anos, não vivenciam o cenário atual de redução de taxa de juros que nós estamos vivenciando. Portanto, muitos deles seguramente terão o desejo de transformar o seu débito naquilo que definimos como a portabilidade desses débitos, talvez procurando outra instituição financeira ou mesmo renegociando com a sua mesma instituição financeira o crédito imobiliário que retiraram a "x" anos atrás. Como haverá e está havendo com esta alteração da forma de remunerar os depósitos da poupança uma queda na taxa de juros – e muito bem vinda, esperamos que em breve a selic tenha uma nova queda e que entre em vigor essa nova forma de remunerar –, aqueles que vão buscar o crédito imobiliário a partir desses recursos terão o crédito imobiliário mais barato, o que é muito positivo para a economia brasileira e também para quem precisa comprar a sua casa, o seu apartamento e assim por diante.

A minha pergunta então é focada neste tema. Como V. Ex<sup>a</sup> e o Ministério da Fazenda analisam essa possibilidade de facilitar a portabilidade dessas dívidas com o objetivo de também ser este mais um mecanismo que nos facilite a queda da taxa de juros?

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Henrique Fontana.

Diz o Regimento que os autores do requerimento deveriam falar agora. Abro mão da minha fala até para dar celeridade ao debate e passo a palavra ao Senador Eduardo Braga para, depois, começarmos a chamar os inscritos, seguindo a liturgia da Comissão.

Depois do Senador Eduardo Braga, V. Ex<sup>a</sup> responde em bloco dos cinco que falaram agora. Sendo que, desses cinco, um abriu mão de perguntar, que é o meu caso. Depois mais cinco. E aí V. Ex<sup>a</sup> responde, e assim por diante.



Senador Eduardo Braga.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco/PMDB – AM) – Caro Presidente Delcídio do Amaral, cumprimentando V. Ex<sup>a</sup>, eu cumprimento a todos os Membros do Parlamento brasileiro que compõem a Mesa deste debate.

Quero cumprimentar o nosso eminente Ministro Guido Mantega, não apenas pela clareza da exposição aqui realizada, mas também pela importante percepção dada ao Parlamento brasileiro, nesta grande audiência pública, e também aos brasileiros que nos acompanham, neste momento, pela TV Senado, pela Rádio Senado, de que o Brasil não apenas está preparado para fazer esse enfrentamento da crise econômica mundial, como tem um plano para fazer esse enfrentamento. Não são ações isoladas que o Governo brasileiro está apresentando, e sim um conjunto de ações que norteiam um plano que possa assegurar a redução da taxa de juros, que possa assegurar a manutenção e a ampliação dos empregos, no nosso mercado doméstico e na nossa economia, e que possa, também, assegurar o controle inflacionário e a redução, inclusive, de determinados produtos que são pilares da macroeconomia brasileira.

Portanto, eu gostaria de iniciar, cumprimentando o Ministro Guido Mantega, em nome de toda a equipe econômica do Governo da Presidenta Dilma, exatamente por essa percepção. Podemos citar, inclusive, uma ação do Senado da República e desta Comissão, Presidente Delcídio do Amaral, extremamente debatida nesta Casa, que foi a aprovação da Resolução nº 72, e que só fez sentido a sua aprovação, exatamente em um contexto de diversas ações que compõem esse plano de manutenção do crescimento, de manutenção dos empregos, da manutenção da indústria nacional diante do cenário internacional aqui exposto.

Eu gostaria, mais uma vez, de destacar também as ações em cima de setores importantes, como é o caso do setor automotivo, como é o caso dos bens de capital, como é o caso dos materiais de construção – que não foram citados na apresentação de hoje, mas ontem foi anunciado para o mercado brasileiro também uma série de ações voltadas para o aquecimento na área de materiais de construção –, e dizer da importância e da virtude da medida adotada em relação à nova poupança. Primeiro, porque o Governo teve a coragem de manter as regras da antiga poupança para todos os poupadore que acreditaram nesse modelo, ou seja, nenhum daquelas 100 milhões de cadernetas de poupança, que provocavam um saldo de R\$431 bilhões, precisam se preocupar com novas regras. No entanto, a partir do momento em que a taxa Selic baixar de 8,75% – e torcemos nós para que isso aconteça o mais rápido possível –, uma nova poupança e um novo mecanismo de remuneração de poupança passarão a existir no mercado.

E aí, Ministro Guido, vai uma primeira pergunta.

A partir de então, nesse novo patamar, abaixo de 8,75%, nós teremos uma remuneração de poupança que será variável. No mesmo caminho da



pergunta do relator, o Deputado Henrique Fontana, como é que ficarão os contratos de financiamento imobiliário quando nós tivermos a remuneração da poupança também de forma variável? Porque hoje, como é sabido, o contrato do crédito imobiliário – como a poupança tinha remuneração pré-fixada – tinha, obviamente, as mesmas condições; agora, ele passa a ter uma remuneração de 70% da taxa Selic. Essa é uma pergunta importante.

Ao mesmo tempo, já em debates e em conversas com V. Ex<sup>a</sup>, sei que o Governo não ficará restrito apenas a setores como o automotivo e o setor de materiais de construção e de bens de capitais. É importante, principalmente para nós – e agora falo como representante do Polo Industrial de Manaus –, ouvir de V. Ex<sup>a</sup> questões importantes para o polo, por exemplo, de duas rodas, motocicletas, que é impactado da mesma forma que o automotivo, com relação à questão da escassez de crédito, com relação à questão da aprovação. E hoje as indústrias de motocicletas já estão, no sistema de duas rodas, com aproximadamente quatro meses de estoque entre as concessionárias, os trânsitos e as montadoras.

Pergunto a V. Ex<sup>a</sup>: Quais são as medidas que o Governo está imaginando para esse setor, bem como para o setor de linha branca, por exemplo, para a questão do ar-condicionado *Split* e do micro-ondas?

Faço, finalmente, uma última colocação. A segurança jurídica é, sem dúvida nenhuma, um dos patamares extremamente interessantes da nossa política de crescimento econômico?

Portanto, quero aqui destacar o compromisso do Relator Henrique Fontana com relação à celeridade, para que tenhamos a segurança jurídica e as regras estabelecidas de forma absolutamente seguras e estáveis, para darmos cumprimento a essa estratégia de redução de taxa de juros e de ampliação da base de crédito.

Por fim, a questão do compulsório, em que V. Ex<sup>a</sup> tocou, tangenciando. O que V. Ex<sup>a</sup> poderia falar-nos a mais, com relação à questão do compulsório para o aumento da expansão de crédito no País?

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

Com a palavra, o Ministro Guido Mantega.

Eu só gostaria de registrar aqui que estão escritos os cinco próximos: a Senadora Ana Amélia, o Deputado Izalci, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, o Deputado Pauderney Avelino e o Senador Armando Monteiro. Depois das respostas do Ministro Mantega, vamos nessa sequência.

Com a palavra, o Ministro Guido Mantega.

**O SR. GUIDO MANTEGA** – Obrigado, Presidente.

Em relação à questão da inadimplência, que indagou o Senador Dornelles, devo dizer o seguinte: de fato houve um aumento da inadimplência de 2011 para 2012.



---

As causas dessa inadimplência são: em primeiro lugar, a própria desaceleração da economia, que acaba levando a uma inadimplência, porque vem acompanhada de uma redução da liberação do crédito, e os bancos começam a ficar mais prudentes nas suas liberações.

Nós tivemos, no ano passado, uma elevação do custo financeiro. Tínhamos também um problema de inflação, no ano passado, que tinha de ser combatido. Então, elevação de custo financeiro, redução de disponibilidade de crédito, redução da taxa de crescimento levam inevitavelmente a aumento de inadimplência.

É claro que se podem ter alguns problemas localizados, algum setor em que se teve alguma inadimplência por motivos específicos, mas no geral essa é a regra que ocorre.

Aí temos um fenômeno pró-cíclico. Os bancos, as instituições financeiras têm uma espécie de instinto. Elas reagem. Quando começa a surgir um aumento da inadimplência, elas reagem no sentido de reduzir o crédito, quer dizer, de selecionar mais o crédito que é liberado, de elevar o custo financeiro, o que acaba levando a mais inadimplência. Ou seja, a ação torna-se pró-cíclica e não anticíclica.

Pró-cíclica é assim: o ciclo está desacelerando, e se tomam medidas que ajudam a desacelerá-lo, quando, no caso, ter-se-ia de tomar medidas anticíclicas. Mas em geral essa é a reação do setor privado. É uma reação, eu diria, quase natural e inevitável. Aconteceu em 2009. Em 2008, quando eclodiu a crise, as instituições financeiras fizeram o quê? Bloquearam todo o crédito ou o reduziram a 30%. Aí exigiram mais contrapartida dos felizardos que continuaram recebendo crédito e subiram as taxas de juros. O que aconteceu? A inadimplência subiu vertiginosamente.

Naquela época, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica saíram, elevando o crédito: mais volume de crédito, taxa de juros mais baixas. O que aconteceu? A inadimplência nessas instituições caiu.

Então, nós temos como reduzir essa inadimplência com uma nova liberação de crédito. Nós temos que liberar mais créditos; reduzir o custo financeiro. Nós temos mecanismos também para reestruturar essa inadimplência e nós estamos pensando em medidas que permitam isso. Se nós conseguirmos acelerar um pouco o crescimento... E se o setor financeiro tomar essa atitude, e eles se comprometeram comigo a fazer isso, estão comprometidos a liberar mais créditos, dentro de parâmetros de responsabilidade. Ninguém quer aqui que alguém saia fazendo loucura, dando crédito para quem não pode recebê-lo. Dentro dos padrões normais de segurança, de responsabilidade, liberar mais crédito e baixar o custo financeiro.

Essa redução do IOF que nós fizemos vai ajudar. Isso porque se você pegar o crédito para um automóvel, em geral são as taxas mais baixas de crédito, gravitam em torno de 20% ao ano um financiamento de automóvel. Nós



---

estamos tirando 1%; a taxa já vai para 19% só com essa redução do IOF, e mais o que eles pretendem fazer, você tem uma redução do custo.

Então, com tudo isso, a inadimplência tende a cair.

Queria informar ao Senador que os bancos públicos possuem a menor inadimplência do sistema. Estou falando do Banco do Brasil e Caixa Econômica. Portanto, não procede essa matéria que saiu na imprensa, que o Senador mencionou, que estaria havendo a preocupação de separar ativos podres de Caixa e Banco do Brasil porque eles não existem. Inexistem créditos podres, estou declarando aqui. Eu não sei de onde saiu essa matéria. Deve ser algum competidor, eu não sei, que estava interessado, porque, se você olhar as taxas, de inadimplência do Banco do Brasil, da Caixa e do BNDES também, elas são menores do que as taxas de inadimplência dos bancos privados, o que é muito salutar. Mostra que os bancos públicos trabalham com discriminação, com responsabilidade até maior.

Portanto, isso não procede; a Caixa Econômica não tem nenhum ativo podre, posso lhe dizer, e apresentou um lucro até maior. No primeiro trimestre deste ano o lucro dela subiu em relação ao ano passado.

Então, não tem nada disso. Não tem esse problema.

Em relação à questão da poupança, respondendo ao Senador Lobão, posso lhe assegurar que o setor habitacional vai ter mais fluxo e não menos fluxo com essa nova regra. É o que já ficou demonstrado com o comportamento do poupador, depois que nós entramos com o novo sistema: aumentaram simplesmente os depósitos em poupança. Aumentaram R\$4 bilhões ou R\$5 bilhões, em uma semana, os depósitos de poupança, o que mostra que o poupador confiou no novo sistema, confiou, tem segurança e, portanto, a meu ver, aumentarão os depósitos da poupança de forma gradual; também não vai ser explosiva, porque nós não queremos... Nós queremos que esse seja um instrumento para a população brasileira, para os grandes poupadore.

Então, não há problema de falta de recursos para o financiamento habitacional, de acordo com a preocupação do Senador Lobão.

Em relação à questão colocada pelo Deputado Henrique Fontana, no caso, ele mencionou, se não me engano, a situação em que, à medida que os juros vão caindo, eles acabarão caindo também para o financiamento habitacional. E, portanto, o cidadão que há algum tempo atrás tomou um crédito a uma taxa mais elevada, como as taxas estão caindo, ele fala: "Bom, e agora, estou com um financiamento aqui de 15 anos com uma taxa mais elevada?" Nós estamos trabalhando para implantar a portabilidade do crédito, o que significa que, se ele tem uma oportunidade de ter um outro banco que lhe ofereça uma taxa menor, ele liquida aquele crédito, não paga tributação, não paga IOF, não há tributo nenhum, não vai haver tributo e nenhuma penalização. De modo que ele poderá transferir para nova taxa.



É claro, os próprios bancos que detêm o crédito imobiliário serão, digamos, pressionados para que eles mesmos façam essa mudança, senão o cidadão vai mudar de banco. E para ele não mudar de banco, o banco vai falar: "Olha, cinco anos atrás, eu lhe dei um crédito e a taxa do crédito habitacional era 12%, hoje é 9%, não há sentido ficar assim, porque caiu todo o custo". E ele vai renegociar. Está certo? Então, serão facilitadas também as negociações de modo a que todo mundo possa se beneficiar dessa redução. Nós já estamos trabalhando nessa portabilidade de modo a beneficiar aqueles que já entraram no sistema.

O Senador Eduardo Braga, com muita propriedade, descreve a nossa estratégia para o Brasil. Ela é composta de medidas estruturais e medidas conjunturais.

Nós temos uma estratégia de longo prazo para manter o crescimento sustentável no País que persegue a redução do custo financeiro, que é uma das variáveis importantes. E nós temos criado as condições para que isso ocorra. Ele não cai por obra do acaso ou por mera vontade do Executivo, mas cai porque estão implantadas as condições para que isso aconteça.

A redução do custo tributário: nós sabemos que ele ainda é elevado no País, e nós temos feito isso. Também a redução do custo de infraestrutura, energia elétrica, logística de transporte e tudo mais, porque sabemos que isso é necessário. Isso é necessário e o Governo persegue o tempo todo. Porém, em determinadas circunstâncias especiais, como é o caso de uma crise, nós temos que ser mais incisivos, nós temos que agir com mais ênfase e olhando casos específicos. E é numa mistura dessas duas coisas que consiste a nossa estratégia, que você teve a felicidade de explicar aqui – só estou complementando a sua exposição – e é no que se insere essa medida do setor automobilístico.

Ao mesmo tempo em que estamos implantando um novo regime automobilístico, que é uma medida de longo prazo que visa estimular a inovação tecnológica no Brasil – nós já anunciamos isso já aqui aos senhores –, ao mesmo tempo em que o BNDES tem reduzido as taxas para investimento, sistematicamente, nós estamos fazendo também algo excepcional, que é uma redução do IPI para estimular as vendas neste momento. Então, é natural, na política econômica, que se façam medidas estruturais, que nós perseguimos o tempo todo. Assim, por exemplo, a reforma tributária, como os senhores sabem, é difícil de ser feita, mas temos avançado. A Resolução nº 72 é um avanço, graças aos senhores aqui. E também o Fundo de Previdência Complementar, aprovado nestas Casas também, é um avanço muito importante. São reformas estruturais que mudam o Estado brasileiro. Fazemos isso e também temos que fazer medidas que eu chamaria de emergenciais, para responder às necessidades imediatas.

A questão do compulsório se insere nas chamadas medidas mais emergenciais. O Banco Central tem, entre os seus instrumentos, a taxa de juros, que ele pode subir ou descer, dependendo das circunstâncias, e tem o compulsório com o qual ele pode dar mais liquidez ou menos liquidez ao sistema.



Neste momento, ele resolveu dar mais liquidez, reduzindo o compulsório para viabilizar as transações e reduzir o custo financeiro. Então, é nisso que reside esse movimento anunciado ontem pelo Banco Central, de reduzir o compulsório.

Queria só lembrar que, em 2008, nós reduzimos o compulsório em 200 bilhões, ou seja, devolvemos para o sistema financeiro, porque o compulsório é uma retenção de recursos que faz o Banco Central em depósito à vista e em depósito a prazo. Em geral, 25% dos depósitos a prazo e 40% dos depósitos à vista ficam retidos a título de compulsório. Se faltar liquidez, ele libera esse compulsório.

E eu queria dizer aos senhores que nós temos mais de 400 bilhões em compulsório retidos. Portanto, se quisermos dar crédito para a economia brasileira, se necessário for, se o Banco Central achar que é o caso – não sou eu quem resolve isso; é o Banco Central –, ele terá esses instrumentos à mão. Ontem ele usou um pedacinho do compulsório e poderá usar mais, se for necessário.

Em relação ao Polo de Manaus, nós estamos com essa preocupação. O Senador tem nos trazido sua preocupação com o setor de moto; com o setor de ar-condicionado, que é produzido só no polo, não é produzido em outras partes do País; e também com o micro-onda. Já estão em tramitação as medidas para resolver esse problema. Eu não sei, porque não saíram ainda, mas já têm a minha aprovação, e as medidas estão em curso.

Acho que era isso, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro Guido Mantega.

Antes de passar a palavra, vou repetir a sequência dos oradores: Senadora Ana Amélia, Deputado Izalci, Senador Aloysio Nunes Ferreira, Deputado Pauderney Avelino, Senador Armando Monteiro.

Vou dar três minutos para cada um. Todos concordam? (Pausa.)

Senadora Ana Amélia.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, Delcídio do Amaral...

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP) – Presidente, pela ordem.

Para o Governo elogiar, três são o suficiente. Agora, para a Oposição fazer suas perguntas, três é nitidamente insuficiente. Pouca tolerância de V. Ex<sup>a</sup> com a Oposição, que é extremamente minoritária aqui na Comissão.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Cinco é de bom senso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, eu vou ser rigoroso nos cinco minutos.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, Senador Delcídio do Amaral; Sr. Ministro Guido Mantega, cumprimentos pela exposição



feita, esclarecendo pontos sobre a medida provisória, a mudança da poupança e também sobre a economia brasileira; Srs. Senadores, Srªs Senadoras; Deputados e Deputadas, o senhor já fez referência, Ministro Guido Mantega, à reação do poupador com essas mudanças ao responder ao Senador Lobão. Mas eu queria saber em números, porque o senhor falou só dos R\$4 bilhões que foram ampliados depois do anúncio, mas, em relação aos saques no mesmo período, quanto ficaram os saques a partir desse momento, porque isso também é sinalizador. Basicamente foi por conta das mudanças que aumentaram esses R\$4 bilhões?

Depois das mudanças das regras da poupança, Ministro Guido Mantega, analistas do mercado mudaram as projeções da taxa Selic deste ano. Eles esperam uma queda de meio ponto percentual da taxa básica de juros na próxima reunião do Comitê de Política Monetária, marcada para o dia 29, 30 deste mês.

O senhor acredita que existe espaço para redução dessa Taxa Selic, mesmo com o cenário internacional que o senhor mesmo admitiu? E a Presidenta Dilma Rousseff, ontem, percebe tão adverso, a cada dia que passa, especialmente pelo fenômeno China? É a minha primeira pergunta.

Ao anunciar, ontem, Ministro Guido Mantega, a redução do IPI, os prefeitos, especialmente, que acabaram de fazer uma mobilização em Brasília, sabem que a previsão orçamentária do FPM, que era de 77,5 bilhões, já caiu para 73,8 bilhões. E, com essa nova redução, vai cair mais ainda o repasse ao FPM.

Em 2009, quando ocorreu medida semelhante, de desoneração da linha branca, por exemplo, às vésperas das eleições, o Governo fez uma complementação de R\$2,5 bilhões. A mesma providência será tomada agora, considerando que, em final de gestão, os prefeitos que têm eleição este ano não podem deixar restos a pagar? O IPI entra com 21,5% na composição do FPE, que é dos Estados, e com 23,5% do FPM, no caso dos Municípios.

Outra questão, Ministro Guido Mantega: Se as medidas adotadas para enfrentar a crise com maior oferta de crédito e desoneração do IPI, que vão vigorar até agosto, se elas não forem suficientes, qual será o plano b do Governo se a crise se agravar?

Outra questão: A desoneração do IPI sobre móveis encerra em junho agora. Será prorrogada essa desoneração do IPI para móveis? Porque o meu Estado, Rio Grande do Sul, é um grande produtor, tem uma forte indústria moveleira. Por que então forros e revestimentos de PVC, que entram na cesta básica de materiais do programa Minha Casa Minha Vida não foram beneficiados com a desoneração do IPI? Esta também é uma indústria importante e em franca expansão não só no meu Estado, mas em outros, porque é um material econômico e também resistente.

Outra questão: Algumas informações dão conta de que haverá desoneração do PIS/Cofins na prestação de serviços públicos de saneamento



---

básico. Quando isso vai acontecer? Isso vai beneficiar o consumidor? Ele vai pagar uma taxa mais barata por água e esgoto?

Outra questão: Com o dólar a R\$2,00, Ministro Guido Mantega, a Petrobras não poderá manter o preço da gasolina vendida às distribuidoras. O álcool já está mais caro, porque a moagem da cana atrasou no Centro-Sul. Como evitar reajuste e impacto sobre a inflação, já que esse é um insumo muito importante?

A Presidente Dilma ou o Governo Dilma estimam um PIB de 4,5%, como V. Ex<sup>a</sup> mostrou aqui há pouco, neste ano de 2012. O mercado já trabalha com 3,09% e alguns economistas com 2,5%, contra os 2,7% obtidos em 2011. A Presidenta Dilma ontem disse que o Brasil está 300% preparado para enfrentar a crise. O senhor fica com os 300% ou será mais realista? Como é que vamos ficar diante desse processo?

Por fim, Ministro Guido Mantega: A desindustrialização, que V. Ex<sup>a</sup> mencionou há pouco, na sua exposição, não parece ter consenso entre os economistas. Afinal, o que está acontecendo no Brasil em relação à desindustrialização, que hoje une o setor industrial, os empresários e os trabalhadores? O que é possível fazer com a indústria de máquinas agrícolas do meu Estado, Rio Grande do Sul, que está se bandeando para a Argentina, e o Rio Grande do Sul perdendo quatro mil empregos?

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Agora, com a palavra, o Deputado Izalci, do Distrito Federal, por cinco minutos.

**O SR. IZALCI** (PR – DF) – Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>, na pessoa de quem eu cumprimento todos os Parlamentares. Quero cumprimentar o Ministro Guido Mantega.

Serei bastante sucinto com relação à MP, porque quero aproveitar um tempinho para fazer um convite ao Ministro.

Agora de manhã, participamos de um seminário falando exatamente sobre essa questão da desindustrialização brasileira. O que ficou claro, patente, é que hoje nós voltamos ao patamar de 1950, ou seja, a indústria brasileira hoje está com a eficiência de 1950. Então o que, de fato, o Governo, em termos de médio e longo prazo, está fazendo? Porque a gente percebe que essa medida é de curto prazo, apenas de três meses.

Com relação à MP nº 567, acho que essa medida da mudança da poupança veio de forma acho até que extemporânea. Acho que já deveria ter sido feita há mais tempo, está com dois ou três anos de atraso, no sentido de reduzir a taxa de juros. Mas acho que valeu essa emissão. Isso deu segurança aos poupadore, principalmente pela versão da Presidenta Dilma no sentido de que ela deixaria as suas próprias economias na caderneta de poupança.



Mas eu gostaria, Ministro, de fazer a V. Ex<sup>a</sup> um convite e gostaria que V. Ex<sup>a</sup> não interpretasse esse convite como se fosse um constrangimento ou, na prática, uma saia justa. Nós estaremos votando, a partir de terça-feira que vem, aqui na Câmara, na Comissão Especial do Plano Nacional de Educação. Nós vamos decidir os próximos dez anos da educação brasileira.

V. Ex<sup>a</sup> nos recebeu em seu gabinete e discutimos um pouquinho essa questão. Mas a presença de V. Ex<sup>a</sup> na Comissão Especial do Plano Nacional de Educação é simbólica para o País.

O Partido dos Trabalhadores mobilizou toda a sociedade civil organizada no sentido de sensibilizá-la para a questão dos 10% do PIB para a educação. E hoje nós estamos percebendo o Governo enquadrando o Partido dos Trabalhadores nos 7,5%.

Nós temos então três pontos que temos que decidir: essa questão dos 10% do PIB para a educação, a questão dos *royalties* para educação, ciência e tecnologia, e a questão de quem vai pagar essa conta.

Então, eu acho que a presença de V. Ex<sup>a</sup> é muito importante e simbólica para dizer que educação não é só discurso. Educação faz parte da pauta e é prioridade deste Governo.

Então, eu gostaria de pedir a V. Ex<sup>a</sup> que repensasse e que pudesse nos prestigiar, na semana que vem, com a presença na Comissão Especial, para mostrar para o País que educação, de fato, é prioridade.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Izalci, pela objetividade também.

Quero passar a palavra, agora, para o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Senadores, eu ouvi à contenção e a exposição do Ministro Guido Manoel Manoel, sempre num tom muito otimista, que, aliás, é do seu dever de ofício, mas, infelizmente, os dados que se têm sobre o desempenho da economia brasileira desmentem o tom às vezes até panglossiano do Ministro, porque se nós verificarmos, por exemplo, o índice da atividade econômica, o que nós vamos verificar é um encolhimento do nosso PIB, um encolhimento progressivo.

Esse índice, segundo os dados do Banco Central, em março, ficou 35% abaixo do índice de fevereiro. No primeiro trimestre, nós tivemos uma queda de 0,15%, então, você tem, aí, uma diminuição do nível de atividade econômica.

Os investimentos, igualmente,...

**O SR. GUIDO MANTEGA** (*Intervenção fora do microfone.*) – O senhor falou primeiro trimestre?

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP) – Zero quinze.



**O SR. GUIDO MANTEGA** (*Intervenção fora do microfone.*) – Não foi no mês?

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (PSDB – SP) – Foi no trimestre.

**O SR. GUIDO MANTEGA** (*Intervenção fora do microfone.*) – Acho que foi no mês.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (PSDB – SP) – Não, foi no trimestre, em relação a uma expectativa muito maior. Houve uma frustração muito grande de expectativa. Esperava-se 0,5% e subiu apenas 0,15%.

O nível de investimentos também vem caindo. Nós tivemos, no primeiro quadrimestre deste ano, uma queda de cinco... Nós tivemos uma diminuição de 5,5%.

Existe uma resposta do Governo que é mais ou menos repetitiva. Ela parte para desonerações fiscais, tópicas.

Se eu pegar a lista dos regimes especiais que foram criados, Ministro, nós vamos nos perder, aqui, numa sopa de letrinhas: Repis, Recap, Padis, PADTV, Reidi, Repenec, Retaero, Recopa, Reintegra, Recine, Recompe, Replbn Redes, e por aí vai, e cada uma dessas desonerações que é introduzida por medida provisória carrega outras tantas. Mistura-se banda larga, por exemplo, com queijo do reino, com farinha de mandioca, enfim, são medidas pontuais, tópicas, de renúncia fiscal, em grande parte, como lembrou a Senadora, à custa dos Estados e Municípios, não é? Mas nós estamos vivendo numa barafunda de regimes fiscais.

Agora, vamos ter, o Governo anuncia medida em relação ao setor automotivo, que consiste em promover uma liquidação de estoque com incentivo fiscal.

A Casa Centenária, em Rio Preto, uma casa de sapatos, quando tem estoque acumulado faz liquidação. A indústria automobilística faz liquidação com incentivo fiscal.

Há um estímulo ao aumento do endividamento que me faz temer pelo nível de inadimplência, que atinge, sim, a própria Caixa Econômica Federal. Segundo o último balanço publicado, o índice de inadimplência nas operações de crédito da Caixa estava em 2%.

Então, quer dizer, nós estamos dando corda para as pessoas se enforcarem e abrindo mão de receita, sem que haja uma iniciativa, digamos, estruturante, de longo prazo, visível.

Isso aqui está parecendo feira: é uma baciada de pepino para um; é um quilo de feijão para outro; é meio quilo de linguiça para outro. Quer dizer, conforme as pessoas vão gritando, vão-se concedendo medidas tópicas, e os resultados, pelos números que se têm do nível de investimento no Brasil, do índice de crescimento e também da carestia, que é um fato real, são profundamente



desanimadores. Isso é uma pergunta; é uma observação sobre a qual gostaria de ter um comentário do senhor.

A segunda questão, Sr. Ministro, diz respeito ao ICMS.

Hoje, no Brasil, os Estados estão em pé de guerra uns contra os outros.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP) – A guerra fiscal é uma realidade, e há ideias, inclusive iniciativas, de quebra da regra da unanimidade nas deliberações do Confaz para a concessão de incentivo. Os Estados concedem incentivos para falta de uma política de desenvolvimento regional consistente. Acontece que esses incentivos, quando são concedidos à margem daquilo que é intrínseco ao regime do ICMS, que é decisão unânime, acabam por atribuir ônus a Estados como contrapartida a benefícios concedidos a outros. Não se trata apenas de uma guerra de Estados contra Estados. Essa situação que será elevada ao paroxismo com a quebra da regra da unanimidade terá consequências graves sobre a economia brasileira como um todo, pois leva à queda de arrecadação de Estados, diminui a capacidade de investimento dos Estados no Brasil, gera insegurança jurídica e levará, em consequência da queda da arrecadação do ICMS, como já tem levado, à supertaxação de alguns setores, como a energia, como as telecomunicações.

Eu gostaria de ouvir a opinião de V. Ex<sup>a</sup> sobre essa questão, porque o Governo Federal não pode ser apenas um expectador desse tema.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concluindo, Senador Aloysio Nunes Ferreira, por favor.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP) – Apenas para concluir, gostaria de fazer uma pergunta a V. Ex<sup>a</sup> sobre um tema bastante polêmico que diz respeito à compra da Delta pela JBS.

Como sabemos, o Governo Federal, por meio da BNDESPAR, fez uma operação de transformação de debêntures dessa empresa em ações e elevou sua participação direta e indireta de 25% para 37%. Recentemente, no mês de maio, o Sr. José Batista Júnior, que é um dos controladores do frigorífico, disse que o Governo deu aval à decisão da família de comprar a Construtora Delta. Ele disse o seguinte: “O Governo quer que salve a companhia e dê continuidade às obras.” E complementou, dizendo o seguinte: “É conversa de bêbado ou de louco a versão de que essa negociação se daria sem o consentimento do Governo Dilma”, repito as palavras dele.

Imagina que o Dr. Henrique Meirelles vai fazer um negócio que o Governo não quer. Noventa e nove por cento da carteira da Delta é com o Governo Federal, estadual e municipal. Como vai fazer um negócio desse à revelia do Governo? Gostaria de saber a opinião de V. Ex<sup>a</sup> também sobre esse tema.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Concedo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM – AM) – Bom dia a todos.

Cumprimento o Ministro Guido Mantega, Senadores, Deputados.

Sr. Ministro, em primeiro lugar, quero deixar claro que entendi que essa medida provisória editada pelo Governo foi uma medida provisória engenhosa e corajosa, não necessariamente nessa ordem, porque realmente ela enfrentou um grande problema que tínhamos para a redução da taxa básica de juros, que era exatamente a poupança.

Mas nem tudo são flores. É óbvio, nem tudo são flores! E quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que um dos motivos pelos quais entendo que seria necessária a redução da taxa básica de juros, não apenas resolver essa questão do endividamento público, mas, sobretudo, que esta redução pudesse chegar ao bolso do contribuinte, ao bolso do consumidor. Infelizmente, nós não estamos vendo isso acontecer.

Nós entendemos, e eu tenho pesquisado isso... Eu sou cliente de dois bancos apenas, há mais de vinte anos: Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Eu fui ao meu gerente do Banco do Brasil, vou ao meu gerente da Caixa Econômica, e peço a simulação dos empréstimos consignados. Infelizmente, para o empréstimo consignado, que tem garantia de 100%, não caiu absolutamente nada essa taxa de juro. Para que possa obter um juro menor, tem que aderir a um pacote de serviços, tem que entrar em outra categoria de cliente. Então, a meu ver, isso é venda cruzada.

Acho que seria importante que V. Ex<sup>a</sup> pudesse se ater a isso. Eu tenho certeza de que a intenção do Governo é reduzir o juro na ponta, para o contribuinte, mas o que está acontecendo... Já não estou falando de banco privado, porque banco privado teria também que ter uma dinâmica controlada, essa ação, pelo Banco Central, porque é atribuição do Banco Central não apenas normatizar, não apenas fiscalizar, mas também cuidar do correntista, ter em mente que o correntista faz parte do sistema também, não apenas o banco, mas a outra ponta, que é a ponta mais fraca.

Então, dizendo isso, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que essas medidas realmente têm que chegar a quem interessa, que é o contribuinte, o consumidor.

As outras medidas de que V. Ex<sup>a</sup> fala aí, eu entendo que elas pouco poderão auxiliar, porque são medidas tomadas ocasionalmente. Por exemplo, a composição do *spread* bancário. V. Ex<sup>a</sup> disse que está orientando, determinando que o Banco Central possa ter uma parte do compulsório livre. Ora, o compulsório representa um pouco mais de 3% na composição do *spread*. E, olha, na composição do *spread*, Ministro, o lucro do banco vai de 30% a 35%. É um absurdo isso! Isso é um absurdo!



---

Qual é o negócio, no Brasil, meu caro Senador Aloysio Nunes, em que se tem tamanho lucro quanto no setor bancário? A provisão para inadimplência em torno de 30%, a cunha fiscal, que é a carga tributária dos bancos, varia entre 20% e 22%, e os custos de administração em torno de 10%.

Ora, nós entendemos que é necessário que o Governo intervenha, sim, nesse processo. E o Banco Central tem que intervir nesse processo, porque nós não podemos simplesmente ficar observando.

Eu vou acreditar, Sr. Ministro, nas boas intenções do Governo de reduzir a taxa de juros. Eu vou acreditar na intenção de V. Ex<sup>a</sup> e da Presidente da República de reduzir a taxa de juros, porque, como eu disse, foi corajosa, engenhosa, a forma que encontrou para mexer na taxa básica, porque realmente tinha esse dique, essa barreira, que era exatamente a poupança. Vencido isso, nós entendemos que é necessário que o Governo interfira.

Agora, vou concluir. Já foram cinco minutos?

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Deputado Pauderney, por favor, concluindo já...

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM – AM) – Interfira. Vou concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Por favor, Deputado Pauderney, conclua, já se passaram seus 5 minutos.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM – AM) – Passaram tão rápido os cinco minutos...

O senhor falou da Reforma Tributária. Acho que a Resolução nº 72 em muito ajudou na questão do combate à guerra fiscal, porque, normalmente, não se faz guerra fiscal sem o componente do produto importado, e a guerra fiscal dos portos, que estava acontecendo, vai permitir que não apenas a guerra fiscal dos portos, mas a guerra fiscal travada com o ICMS nos Estados, entre Estados, vá ter uma redução drástica, não tenho dúvida disso.

A outra questão é que o senhor falou da Reforma Tributária e da desoneração...

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Deputado Pauderney, por favor, conclua, pois há muitos inscritos...

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM – AM) – A desoneração, realmente, precisa acontecer, o crédito precisa ser ampliado. E faço minhas as palavras do Senador Eduardo Braga com relação não apenas ao setor automotivo de quatro rodas, mas também ao setor automotivo de duas rodas, que está no Amazonas, mas que é brasileiro. Não nos esqueçamos disso, que essas medidas são extremamente importantes para que nós possamos ter aliviada também essa demanda que está necessitada. Temos quatro meses de estoque e isso está paralisando a produção das empresas no Amazonas, que só não estão demitindo porque o Governo do Estado está mitigando as ações, dando algum benefício para essas empresas.



Portanto, fica aqui a minha posição de que entendemos e queremos, realmente, que tenhamos essas ações efetivas e que elas cheguem ao contribuinte, ao consumidor.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Pauderney Avelino. Com a palavra agora o Senador Armando Monteiro, mais um bloco de cinco. O quinto é com o Senador Armando Monteiro. Depois, começaremos outro bloco, o Ministro responde e vem outro bloco de cinco.

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco/PTB – PE) – Eu queria cumprimentar o Ministro pela exposição e, voltando ao tema dos spreads bancários... Aliás, Ministro, no debate aqui, em março, eu colocava a nossa preocupação com essa questão dos spreads. Não posso deixar de reconhecer que o Governo vem avançando, pelo menos colocando essa questão dos spreads no centro da agenda, o que me parece algo fundamental, mas, sobre essa questão, queria colocar dois pontos apenas.

O primeiro é saber por que a regulamentação do Cadastro Positivo, que é um instrumento importantíssimo que não só assegura maior acesso ao crédito como afeta efetivamente a taxa de juros, na medida em que reduz o risco, o que há que a regulamentação está, de certo modo, demorando? Qual é a previsão para a regulamentação do Cadastro Positivo?

A outra questão até toca um pouco naquele ponto que o Deputado Pauderney Avelino aqui referiu de que há, Ministro, uma lacuna no Brasil, que é exatamente o fato de que o Banco Central não cumpre o papel de zelar pela defesa da concorrência no sistema financeiro, o Banco Central se atém a uma espécie de regulação prudencial. E o Cade, que, por sua vez, desempenha esse papel em relação ao conjunto da economia, não exerce nenhum papel relacionado à defesa da concorrência no sistema financeiro. Então, nem o Banco Central exerce efetivamente essa competência nem o Cade está estruturado para poder fazer valer essa questão. O que V. Ex<sup>a</sup> acha disso? Não há a necessidade de criar no Brasil uma estrutura que, ao final, zele pela concorrência do sistema financeiro também? Essa realidade dos spreads evidencia que há claramente problemas concorrenciais, que contribuem para essa distorção.

O outro ponto, Ministro, diz respeito à gestão da dívida pública. Há, numa avaliação que todos hoje fazem, uma excessiva concentração das LFTs, que estão atreladas à Selic, que alcançam mais ou menos 26% da Dívida Pública. E esses títulos têm baixa liquidez e rendimentos elevados. Isso não é um fator que pressiona, de alguma forma, a taxa de juros também? Não seria oportuno que pudéssemos reduzir essa participação das LFTs, permitindo maior espaço para a redução da Selic e aumentando a participação dos títulos pré-fixados, enquanto fortalecemos o ajuste fiscal de médio e longo prazo, para também reduzirmos os juros de longo prazo, que estão embutidos nesses títulos pré-fixados? Essa é a segunda questão.



Finalmente, a terceira, Ministro, diz respeito a uma questão mais estrutural, bem mais complexa que é a da poupança. Quer dizer, nós discutimos um pouco essa questão da qual é o PIB potencial. O Brasil é hoje reconhecidamente uma economia que tem baixa propensão ao crescimento em relação aos Brics e há uma questão fundamental que é a taxa de poupança doméstica, que é baixa, se cotejarmos, por exemplo, com a do Chile, da Coreia – não vou nem falar da China –, o Brasil tem uma taxa de poupança doméstica baixa. Por que isso acontece? Porque, de um lado, há uma imensa carga tributária que subtrai a energia e poupança do setor privado e, do outro, a rigidez do gasto público, que não só define o tamanho dessa carga tributária, como impede, de alguma forma, o setor público de investir.

Veja que nós falamos dos números do PAC – R\$42 bilhões. Isso representa 1% do PIB, é 1% do PIB. Então, o Brasil precisa ampliar a poupança doméstica, e não há outra fórmula senão atuando sobre o gasto público para que o setor público possa também investir e promover a redução da carga tributária, que, de alguma forma, prejudica a capacidade de poupança do setor privado.

Eram essas as questões, Sr. Ministro. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MT) – Obrigado, Senador Armando Monteiro, pela precisão de sempre.

Eu gostaria de redarguir o próximo bloco de cinco: o Senador Suplicy, o Deputado Roberto Freire, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Lindbergh Farias e Senadora Kátia Abreu.

Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

**O SR. GUIDO MANTEGA** – Obrigado, Presidente.

Começando a responder às questões da Senadora Ana Amélia, em relação ao movimento da poupança, eu tenho o saldo que resultou dessas duas semanas, porque, na verdade, existe um movimento permanente de saque e de depósito. Os que têm a caderneta justamente têm essa faculdade de poder sacar no momento de necessidade e costumam fazê-lo. O que interessa é o saldo e o saldo foi positivo. E hoje estamos com 438,8 bilhões aplicados. A senhora lembra que eu disse 431 bilhões. Portanto, saldo positivo. Não temos que nos preocupar com isso.

O espaço de queda da Taxa Selic é uma decisão do Banco Central, e o Banco Central tem autonomia para fazê-lo. A nós cabe criar as condições para que isso possa se realizar, entre as quais mudar a regra da poupança, fazer um resultado fiscal mais sólido, conter determinadas despesas. E isso nós estamos fazendo.

De fato, o IPI afeta o Fundo de Participação dos Municípios, mas é inevitável porque, quando nós estamos criando um estímulo dessa natureza, qual é o objetivo? Que se multipliquem as vendas, que não ocorreriam provavelmente se você não tomasse essa medida. Vamos pegar o caso de 2008. Em 2008 nós fizemos isso. Na indústria automobilística, tiramos o IPI, parecido com o que foi



feito agora. O que acontece com o IPI? O IPI cai. É uma arrecadação federal, mas o ICMS aumenta. Nós fizemos estudos nesse sentido e temos a certeza de que a arrecadação de tributos aumentos graças às medidas. Ela teria caído caso medidas não tivessem sido tomadas, porque nós fizemos dois gráficos, sendo um gráfico: deixa como está para ver o que acontece com o nível de venda. As vendas estariam caindo. Estou falando de 2008, estou falando de um caso realizado, não estou fazendo uma suposição.

Então, nós fizemos uma estimativa do que aconteceria sem nenhuma medida, cairiam todos os tributos, porque o nível de atividade iria cair. Fazendo o estímulo, o nível de atividade se recuperou e, portanto, caiu o IPI sim, mas subiram os tributos estaduais e municipais de modo a compensar, porque o ICMS é compartilhado pelos Estados com os Municípios. Os Municípios têm 25% da arrecadação do ICMS. Portanto, houve uma compensação.

Mas, como em 2009 a crise foi muito forte, mesmo com as medidas que tomamos a recuperação demorou um pouco a acontecer, porque houve um travamento da economia e tudo mais, não acredito que nada semelhante ocorra agora, de fato os Municípios ficaram desfalcados, com dificuldades durante certo período. E, em se colocando o problema, o Governo Federal achou uma solução. Não é o caso agora, porque isso não se colocou. Eventualmente, se colocar, nós estaremos abrindo de novo essa discussão, nós não deixaremos os Municípios brasileiros à míngua, prejudicando a população.

O Senador falar ainda de outros setores afetados, no caso dos móveis, que nós demos uma desoneração recentemente, que foi boa, impulsionou as vendas e pede para prorrogarmos. No momento nós não temos planos para isto, mesmo porque, se tivéssemos, não anunciaríamos, sob risco de prejudicarmos as vendas do setor.

O dólar em R\$2,00 impacta a Petrobras e poderia impactar o preço da gasolina. Porém, está ocorrendo outro fenômeno, que contrabalança essa questão, que é a queda do preço do barril de petróleo. Nós estamos assistindo a que, com o agravamento da crise, as *commodities* estão caindo, e uma *commodity* mais resistente, que é o petróleo, também está caindo. Portanto, o custo da Petrobras está caindo também. Então, é uma conta que tem que ser verificada. Por enquanto, não há nenhum aumento previsto, mas, em algum momento haverá, evidentemente, reajuste de preços, quando a Petrobras achar necessário. No momento, é um momento de volatilidade e se cair bastante o barril de petróleo, não vejo necessidade para isso.

A Presidenta tem total segurança de que estamos mais bem preparados para enfrentarmos a crise e eu procurei demonstrar aqui dando dados concretos de que, em relação a 2008, nós temos quase o dobro de reservas, que já eram elevadas em 2008, eram quase US\$200 bilhões em reserva. Hoje, temos quase US\$400 bilhões em reserva. Portanto, estamos muito mais sólidos. A dívida



brasileira diminuiu – isso é muito bem visto, porque você sabe como funciona o mercado; ele se move por expectativas.

Então, quando ele olha uma economia endividada, ele sai, ele foge; quando ele vê uma economia não endividada, cuja dívida está caindo, como é o caso brasileiro, ele não tem essa reação, tanto que a saída de capitais do Brasil que está ocorrendo é mínima, não há nenhuma... Diferentemente de outros países, de onde já saíram US\$100 bilhões num período recente. Então...

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT – RS. *Fora do microfone. Inaudível.*) – ...esses 300% da Presidenta estão bem calculados?

**O SR. GUIDO MANTEGA** – Estão muito bem calculados, como de costume. (Risos.) Estamos bem mais... Quanto à... Eu não consigo responder todas as questões. Se eu for responder, ficarei aqui uma hora.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Mas o senhor está respondendo rapidamente. Só que o senhor pulou aí a questão do PIS/Cofins para saneamento básico.

**O SR. GUIDO MANTEGA** – Nós temos estudado desonerações em vários segmentos, e o saneamento é uma das áreas que está em discussão, mas, no momento, não tenho uma posição.

E a questão da desindustrialização é uma questão longa, eu teria que usar aqui um tempo grande. O Senador Armando Monteiro é um especialista nesta questão. Então, ocasionalmente, poderemos fazer uma discussão sobre isso, mas não acredito que há desindustrialização. Há um enfraquecimento da indústria no mundo, porque essa crise, desde 2008, afeta principalmente a indústria. A indústria perde participação no PIB em todos os países. Agora mesmo na Ásia vem perdendo. Desde 1990, a única região onde a participação no PIB da indústria se mantém é na Ásia. Em todos os outros continentes cai.

No Brasil ela vem mantendo certo patamar. Ali está o quadro que mostra isso. Indústria de transformação com um percentual no valor adicionado. Sobe na Ásia; nos demais, cai, e a América Latina resiste mais. E também há um processo natural de que você terceiriza atividades na indústria e elas viram serviço. Por exemplo, antigamente as indústrias tinham setor de segurança, setor de serviço, de limpeza, fazia parte da indústria. E agora você terceiriza, sai da indústria. A indústria é a mesma, continua fazendo a mesma coisa, só que ela transferiu como contabilidade para outro setor. Além disso, temos um problema de índice. Os preços da indústria têm crescido menos que os preços de outras atividades. Então parece que ela encolhe. Mas se você pegar em quantidade, ela não encolheu, encolheu em valor. Mas é uma discussão longa.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Eu agradeço, Ministro. V. Ex<sup>a</sup> fez uma referência dizendo que o ICMS vai aumentar por conta da desoneração. Então há uma compensação da receita para os Estados e Municípios. O problema é que, como lembrou o Senador Dornelles, o endividamento das famílias vai dar uma cautela para não haver. E o Rio Grande



do Sul sofreu uma violenta seca que traz uma queda violenta também na arrecadação que impacta sobre os níveis de consumo. Os produtores rurais, por exemplo, não terão o mesmo nível de consumo. Então há algumas regiões diferentes como é o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, pelo menos que terão isso. Essa projeção de aumento de ICMS não se confirma para essa região, imagino em função desse cenário que é diferente do resto do País, Ministro.

Agradeço muito a sua atenção.

**O SR. GUIDO MANTEGA** – Esse cenário de seca no Rio Grande do Sul e também agora na Região Nordeste está sendo olhado pelo Governo e já há medidas em curso olhando a questão das dívidas dos produtores e outros elementos, de modo que haverá programas que vão mitigar, vão neutralizar esses problemas.

O Deputado Izalci me pergunta por que as medidas de IPI foram tomadas para três meses, no curto prazo. É pelo seguinte, Deputado, porque nós acreditamos que no segundo semestre já estará em curso uma recuperação da economia. A economia vai aquecer mais no segundo semestre. Daí eu acredito que esses estímulos não serão mais necessários no segundo semestre, nós já estaremos com impulso na economia, por isso fizemos por três meses, calibraramos por esse período.

Quanto ao Plano Nacional de Educação, o senhor sabe que eu sou um simpatizante, aliás, sou professor de carreira, a minha profissão é esta, e acho muito importante a educação no Brasil. Nós ficamos atrasados no passado, mas hoje nós gastamos cerca de 4,8% do PIB com educação; 7,5% já será um salto bastante grande. Nós tivemos ocasião de discutir isso, se eu tiver oportunidade de ir a sua comissão eu irei. É preciso ver, dependendo da agenda, mas irei com prazer, porque acho que esse é um tema muito importante para o País. Só queria ressaltar que hoje o Ministério da Educação, hoje não, nos últimos 8, 9 anos, foi o ministério que mais teve aumento de recursos entre todos os ministérios, mais até que o da saúde. Eu queria dizer que os recursos da educação triplicaram em valores reais: eram cerca de R\$20 bilhões; e hoje estão em quase R\$70 bilhões. Portanto, a educação é prioridade. Mas ainda há muito a ser feito, concordo com V. Ex<sup>a</sup>, e temos de tomar as medidas para que isso se verifique.

Se puder ir, irei.

O Senador Aloysio me fez um rol grande de perguntas que vou tentar responder, a todas.

Não me considero um otimista, mas também não sou da turma do pessimismo, porque há pessoas aí que vivem num pessimismo que acaba se inoculando na sociedade, e sabemos que, hoje, a sociedade vive também de expectativa.

Então, em 2008, isso foi muito importante. Em 2008, estourou aquela crise, o mundo afundando, e aqui no Brasil houve um contágio do pessimismo. Nossas condições já eram bem diferentes das outras condições, e tínhamos



condições de reagir, mas, num primeiro momento, esse pessimismo acabou tomando conta do empresariado brasileiro e do setor financeiro, que fizeram o quê? Travaram a economia. Foi preciso que o Governo, com certa dose de realismo e talvez de otimismo, dizer: "Olha, as coisas não são assim. Temos como superar essa crise. Vamos tomar as medidas?". Tomamos as medidas, e esse pessimismo se dissipou. Portanto, se puder escolher entre o pessimismo e o otimismo, escolho o otimismo, mesmo porque o nosso otimismo tem sido bem-sucedido, aqui, no Brasil. Nos últimos anos, antes da crise de 2008, a economia vinha crescendo a patamares acima de 5%: em 2007, cresceu 6%; em 2008, já com a crise, 5,3%. Aí veio a crise, crescemos zero, ou um pouco negativo; e, em 2010, 7,5%. A média desse período foi 4,5%. Não tenho razão de ter sido otimista e de acreditar que o País tinha as condições de dar saltos de produtividade, de crescimento, de dinamismo? E nós, de fato, conseguimos viabilizar tudo isso.

Portanto, prefiro dizer que tenho um viés otimista, porque as coisas que estamos planejando estão dando certo. A população brasileira está muito melhor do que estava no passado. Dessa forma, tenho razões.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP) – O otimismo da vontade é uma virtude, desde que temperado com certa dose de pessimismo da razão, como diria Romain Rolland. (*Risos.*)

**O SR. GUIDO MANTEGA** – Certo.

Fique tranquilo de que tempero, mesmo porque, se as contas não fecharem, eu é que acabo respondendo por isso; se faltar dinheiro, nós é que acabamos respondendo; se não der certo, nós é que acabamos respondendo. Então, tenho que temperá-las com realismo e com prudência. Então, fiquem tranquilos de que estamos afinados nesse ponto.

Em relação à resposta do Governo, de fato, houve desaceleração da economia no primeiro trimestre, ninguém nega, e isso veio aquém daquilo que gostaríamos. O cenário de crise internacional começou a piorar, no ano passado, se estamos todos lembrados, e isso evidentemente nos afeta; afeta menos, mas afeta a economia. Mas continuamos trabalhando com a certeza de que a economia brasileira vai crescer. Temos certeza de que a economia não terá, talvez, os 4,5%, que esperávamos, se as condições fossem melhores, mas teremos um crescimento, que começará a partir de maio. Janeiro, fevereiro e março não foram bons meses; abril também não foi; mas, em maio, já temos uma resposta mais positiva. E todas aquelas medidas que foram tomadas ao longo do tempo já vão surtindo efeito. Não surtem o efeito imediato, mas vão surtindo. Por exemplo: a Selic começou a cair, ano passado. V. Ex<sup>a</sup> sabe, demora seis meses, oito meses, até que surta resultado. Começamos a fazer uma desoneração da folha que ainda não está sendo apropriada pelas empresas. Por quê? Fizemos uma para quatro setores, que começou, neste ano; e a outra, que fizemos – e há uma noventena –, vai começar em julho. Então, são 15 setores que terão a desoneração da folha, a redução de custos, começando em julho agora. Portanto,



as medidas demoram a entrar em ação, mas elas estarão entrando. Por isso é que a gente pode dizer, com uma certeza, que nós vamos ter uma situação positiva.

É claro, se vier um cataclismo, aí a coisa muda. Mas eu não acredito nisso. Mesmo que haja um problema sério com a Grécia, e ela saia do Euro, vai haver um mês, um mês e meio aí de turbulência, e nós superaremos essa turbulência. Eu mostrei ali um gráfico que mostra as possíveis repercussões em cada região, e a nossa região é das mais defendidas.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM – AM) – Sr. Ministro, o Banco Central precisa afinar o discurso com o seu discurso, porque o Boletim *Focus*, do próprio Banco Central, prevê um crescimento de apenas 3,09%. O Boletim do Banco Central.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT – RJ) – O Boletim *Focus* não é do Banco Central, não.

**O SR. GUIDO MANTEGA** – É que o Boletim *Focus*, Deputado, é uma pesquisa de opinião do setor financeiro. O Banco Central não dá a opinião dele; ele colhe a opinião do mercado financeiro, e aí o mercado financeiro dá a sua opinião.

Se eu fosse me basear no Boletim *Focus*, eu estaria perdido, porque ele acerta, o Boletim *Focus* acerta sempre na última semana de dezembro. É porque ele faz uma revisão toda semana; a cada semana, ele faz a projeção. Começa lá: não, o PIB vai crescer 2,5. Aí, uma semana depois, ele já corrige: 2,62. Aí, na outra: 2,63. E vai corrigindo assim. Na última semana de dezembro, eu garanto que ele acerta, com certeza. Mas, até lá, é complicado. E não é do Banco Central.

Agora, o Senador fala em resposta repetitiva do Governo em relação a 2008. De fato, em parte, é repetitiva, porque, em 2008, nós fomos muito bem sucedidos com a estratégia que foi praticada. Fizemos uma estratégia anticíclica, que fez com que o Brasil fosse um dos últimos países a entrar na crise e um dos primeiros a sair dela. Tanto que, em 2010, estávamos crescendo a 7,5%, gerando muito emprego. Aliás, mesmo em 2009, o País, com crescimento quase zero, gerou emprego: 900 mil empregos com carteira foram criados. Portanto, estratégia bem sucedida a gente repete. Não há nenhum problema em repetir a estratégia.

Estamos em uma pequena escala, em relação àquela época, porque não se coloca... A economia não parou, a economia está crescendo. E aí nós precisamos enfrentar os problemas que surgem. Por exemplo: falta crédito, há alguma inadimplência. Então, temos que responder a essas questões.

A inadimplência da Caixa Econômica, de 2%, é um terço da inadimplência do mercado – para os senhores saberem. Então, podem ficar tranquilos, porque a Caixa Econômica tem uma inadimplência baixa, menor do que a dos grandes bancos. Então, não há nenhum problema ali. Pelo contrário: está aumentando o crédito; está com aumento, principalmente, no setor imobiliário



– é o principal financiador do setor imobiliário –, o que é muito bom para o País. A população quer habitação. Então, eu controlo isso e não deixo a coisa degringolar.

O Senador tocou em uma questão muito importante e muito delicada, que é o problema da guerra fiscal. Eu diria que essa questão tem que ser enfrentada pela sociedade brasileira neste momento.

Temos uma dificuldade, quer dizer, o Brasil é uma Federação e, portanto, tem autonomia. Na Federação, os Estados têm uma autonomia, quer dizer, o Governo Federal não pode tudo em relação aos Estados. Mas concordo: cabem-nos iniciativas que tentem achar uma saída. E nós até fizemos uma proposta. Nós temos uma proposta, que eu discuto já há uns dois ou três anos, no sentido de mudar o ICMS: torná-lo mais homogêneo e puxá-lo mais para o destino do que para a origem. Tive ocasião de discutir isso com vários governadores.

Eu diria que a Resolução nº 72 é um primeiro passo, porque ela justamente reduz o ICMS interestadual. Primeiro passo. Abrem-se as portas para que nós façamos uma discussão, e eu gostaria de contar com todo mundo, com os Senadores de todos os partidos, para que a gente avance nessa questão.

É claro que a guerra fiscal até teve sua razão de ser, por falta de... Mas, agora, nós temos de avançar, e podemos avançar. Nós vamos ter que compensar os Estados que terão perdas se nós fizermos essa mudança para o destino. O Governo está disposto a fazer isso.

Agora, eu coloco entre uma de minhas prioridades abordar essa questão que o Senhor coloca aqui. Vamos contar com a sua ajuda para que possamos chegar a uma solução. É difícil, porque são 27 Estados, muitas vezes os 27 Estados não têm os mesmos interesses. Trata-se de buscar o denominador comum, que sempre existe. Acho que existe, porque a guerra fiscal, quando é exacerbada, acaba não interessando a mais ninguém. Quando ela chega a um ponto em que vai para os Tribunais – e já foi, estamos nos Tribunais –, e pode ter sérias consequências para quem a pratica, ela se torna contraproducente. Então, acho que já chegamos a esse ponto. Os Senhores já conhecem bem essa questão e, portanto, vou colocar na pauta, se os Senhores acatarem o nosso pedido de discutirmos essa questão para avançarmos na questão fiscal por aí.

**O SR...**(Fora do microfone. Inaudível.) – ... sua posição com relação à unanimidade...

**O SR. GUIDO MANTEGA** – Não tenho uma posição em relação a isso e fico numa situação meio constrangedora, porque tenho de ter uma gestão republicana e faço isso no Ministério da Fazenda, atendendo a todos os Estados da mesma maneira. Então, prefiro que os Senhores aqui...

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP) – Sou testemunha disto: que o Senhor tem sido muito solícito em relação ao nosso Estado, e não é de hoje. Já no Governo Serra e outros, desde que o Senhor é Ministro da Fazenda. Faço questão de dar esse testemunho público aqui.



**O SR. GUIDO MANTEGA** – E aos outros Estados também, senão eles vão dizer que estou...

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM – AM) – Além do mais, Ministro, a Lei Complementar nº 24, que é a quem estabelece a normatização do ICMS, do Confaz,...

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Existem mais de 16 Parlamentares inscritos. Se nós continuarmos o debate não encerramos esta audiência pública. Eu pediria, por favor, o entendimento dos Parlamentares, porque até aqui as coisas estão caminhando, mesmo com algum tipo de dificuldade.

Com a palavra o Senador Guido Mantega. Ministro Guido Mantega.

**O SR. GUIDO MANTEGA** – Senador ainda não, mas posso me candidatar. Não me estimule, Sr. Presidente, senão vou ter de competir com o Senador na próxima. (*Risos.*) Não tenho nenhuma pretensão, prefiro continuar um técnico, é melhor continuar apenas como técnico, eu venho aqui de vez em quando conversar com os Senhores, é mais agradável.

Mas, em relação à compra da Delta, na verdade, pela JEE, não é JBS, é a *holding*. Em primeiro lugar, o Governo não deu nem dará o aval. Esse é um negócio privado, cabe ao setor privado se entender e assumir os riscos, que são grandes nessa situação, porque a CGU está investigando rigorosamente os contratos da Delta, assim como a CPMI. Portanto, espero que haja a mais profunda investigação. A CGU trabalha na mesma direção da CPI, e é isso o que nos interessa. Que eu saiba, o que li é que não foi feita compra nenhuma, não foi efetuada nenhuma compra e que o apoio que teria sido dado pelo Governo foi desmentido no dia seguinte. Houve uma nota dizendo que não havia... Então, desconheço qualquer tipo... E a posição do Governo, da Presidenta Dilma, é de não dar nenhum aval nem a esse nem a qualquer outro grupo que tenha intenção, porque vai se envolver nos problemas que lá estão.

Então, cada um faz isso, são negócios privados, por sua conta e risco, que isso fique muito claro!

Deputado, eu já respondi a todas? Acho que sim. O Senador tinha uma lista grande...

Deputado Pauderney, de fato, nós temos que fazer a redução dos juros para que chegue ao bolso do consumidor. E o Senhor tem razão: é difícil, mas vai acontecer. Apenas está se iniciando esse processo. Nós estamos com os bancos públicos trabalhando. Eles dizem que não é fácil implantar novos sistemas e conseguir propagar isso por todo o setor, mas isso vai acontecer. Isto eu posso lhe assegurar: pelo menos do ponto de vista dos bancos públicos, isto vai acontecer: reduções expressivas do *spread* e da taxa de juros, mesmo porque não há nenhuma razão para sustentar taxa de juros mais elevada.

O Brasil, hoje, é um país muito mais seguro. A inflação está sob controle e os juros básicos estão caindo. Portanto, não há razão para isso. E eu



espero que o Deputado continue me informando se conseguiu obter juros mais baixos nas suas operações. O Banco Central tem um sistema que apura os juros praticados contrato por contrato e, semanalmente, nós temos o resultado e eu fico lá olhando semanalmente se caiu, onde caiu nas principais modalidades de crédito que existem no País.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM – AM)** – Mas seria importante, Ministro, que o Banco Central, junto com V. Ex<sup>a</sup>, que é Ministro da Fazenda, pudesse estabelecer uma ação, um método no sentido de fiscalizar não só os bancos estatais, mas também os outros bancos que fazem parte do sistema financeiro. É muito importante que o Banco Central atue nessa direção.

**O SR. GUIDO MANTEGA** – Mas todos os bancos estão enquadrados nesse sistema de fiscalização de quanto estão cobrando e quanto estão liberando. Então, nós temos para todos os bancos o volume de crédito que foi liberado semana a semana e em que taxa de juros foi praticada. Os bancos privados também se comprometeram a fazê-lo, mesmo porque estarão sofrendo a concorrência. É uma virtude dos bancos públicos é que eles podem oferecer condições melhores aos correntistas e que os correntistas vão passar para os bancos públicos. Os bancos privados – acredito – não deixarão que isso aconteça. Então, se não fosse por outra razão, só pela concorrência, eles quase que estariam obrigados a fazê-lo. Portanto, acredito que isso vai acontecer. Temos que esperar um pouco mais. 15 dias, um mês nós teremos resultados práticos acontecendo com redução de *spread*, de taxa de juros nas principais modalidades de crédito.

A questão do setor automotivo de duas rodas, que já havia sido mencionada pelo Senador Eduardo Braga, está sob análise.

O Senador Armando Monteiro também menciona a sua preocupação com os *spreads* bancários e fala do cadastro positivo. O cadastro positivo tem uma pequena imperfeição jurídica que dificulta a sua utilização, porque ele responsabiliza aquele que declara o consultente. Então, eu espero que se aprove o seu projeto porque o consultente não quer saber da responsabilidade. Exatamente. Ele é só para cuidar. Concordo plenamente com isso. Já foi aprovado na Câmara? Ótimo! Então, com isso, poderemos avançar.

É difícil conseguirmos uma concorrência maior no sistema financeiro brasileiro, porque é um dos sistemas mais concentrados. Os dez maiores bancos respondem por 80% de todos os créditos. Por sorte nós temos bancos públicos que podem fazer uma política de concorrência. No passado, já se tentou atrair bancos estrangeiros que aqui vieram e não foram bem sucedidos, não conseguiram enfrentar a expertise e a concorrência dos bancos brasileiros...

**O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE. Fora do microfone.)** – Eles foram bem sucedidos. O consumidor é que não foi...

**O SR. GUIDO MANTEGA** – Não, mas alguns saíram do país ou encolheram. Eles preferem ser bancos de investimentos do que bancos de varejo,



porque ganham mais e são menos trabalhosos. Mas esta é uma preocupação que temos: aumentar a concorrência no momento. Eu acredito que nós caminharemos para isso num futuro próximo.

Quanto à gestão da dívida pública, nós temos a mesma preocupação de reduzir o volume de LFTs que estão no mercado. Aliás, isso está ocorrendo. Elas já representaram mais de 30%; hoje estão em torno de 26%, conforme o Senador mencionou. Elas são papel ruim, porque têm um indexador natural. E nós temos que desindexar a economia brasileira. Está certo? Então, nós estamos nesse caminho. Nós tomamos uma resolução, recentemente, impedindo que todos os fundos ligados ao Governo pudessem fazer aplicação financeira nesse título. E nós também não estamos renovando as LFTs que vencem. O Governo tem LFTs com datas de vencimento, que, nos seus vencimentos, estamos procurando não renovar de modo a diminuir o número de LFTs e aumentar os títulos prefixados, que são superiores. Então, nessa sua preocupação, estamos nessa direção.

O PAC, de fato, é um investimento que poderia ser maior, de 1% do PIB, mas, se adicionarmos as empresas públicas, nós chegamos a 3% do PIB. O mais importante é que o setor privado aumente a sua margem de investimentos, que possamos criar as condições para que isso aconteça. O investimento está crescendo no Brasil historicamente. Não estou falando no momento preciso agora. Se pegarmos os últimos anos, estávamos, em 2004, 2005, com 16% do PIB. Estamos próximos de 20% do PIB e vamos continuar aumentando, estimulando, principalmente, o investimento privado com mecanismos como, por exemplo, as debêntures de infraestrutura, que vão começar a rodar daqui a pouco, que são um crédito direto para o setor privado, e mercados de capitais, que dão crédito mais barato ao setor privado. Este é o desejo do Governo: que o setor privado cresça, e o setor público, na medida do necessário e do possível, também vai crescer.

Eu acho que essa era... Vou pedir um breve recesso de cinco minutos para fazer uma visita ali ao...

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Absolutamente legítimo e justo, Ministro.

**O SR. GUIDO MANTEGA** – Eu estou com vergonha de comer aqui, na frente dos outros. O Senador Dornelles está de olho no meu chocolate Bis aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Tem mais aqui. Aqui a assessoria funciona bem.

Enquanto o Ministro pediu um pequeno tempo, só gostaria de registrar que, amanhã, teremos a sabatina do Cade, Senador Luiz Henrique, três nomes para o Cade. O Senador Lindbergh é um dos Relatores, ao lado do Senador Aloysio Nunes e do Senador Eduardo Braga.

Amanhã, à tarde, às 15h, a audiência pública sobre portos, também uma agenda importante, proposta pela elegante Senadora Kátia Abreu.



Na próxima semana, na terça-feira, às 10h, teremos uma agenda complexa na Comissão de Assuntos Econômicos, que é uma agenda também deliberativa, inclusive com a discussão do Projeto de Lei do Senado nº 85, tão aguardado pelo Senador Dornelles, pelas razões por ele expostas anteriormente. Teremos também a audiência pública do e-commerce, do comércio eletrônico, dentro aquilo que foi acordado entre as lideranças e o Presidente Sarney de discutir, no mérito, esse projeto importantíssimo para a maioria dos Estados brasileiros. Portanto, nós temos, nesta semana, uma agenda difícil e, na próxima, uma agenda importante.

Sem dúvida nenhuma, querendo registrar aqui também o trabalho do Senador Dornelles como Presidente da Comissão Mista, acredito que o Deputado Henrique Fontana, que é o Relator, vai apresentar na outra semana o seu relatório da Medida Provisória nº 567.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) –

Provavelmente na próxima terça-feira o nosso Relator já vai apresentar o relatório da Medida Provisória nº 567, cujo Presidente da Comissão Mista é o Senador Francisco Dornelles. Portanto, temos aí uma agenda bastante ampla, especialmente nesta semana e na próxima semana também.

Senador Luiz Henrique, pela ordem.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco/PMDB – SC) – Eu gostaria de solicitar a V. Ex<sup>a</sup> que nominasse os próximos interrogadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeito. Então eu vou aqui...

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles, pela ordem.

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (Bloco/PP – RJ) – Eu queria pedir a V. Ex<sup>a</sup> que autorizasse o Deputado Roberto Freire a assumir a Mesa como representante da Presidência da Comissão da Medida Provisória nº 567, porque eu vou ter que me retirar.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É uma grande honra para nós ter o Deputado Roberto Freire aqui no comando da Comissão Mista que aprecia a Medida Provisória de nº 567.

Nós vamos dar continuidade agora, com a chegada do Ministro, agora já mais leve, mais tranquilo... Eu quero aqui, por solicitação do Senador Luiz Henrique, o próximo e não registrei aqui na minha fala anterior, o próximo é o Deputado Mendes Thame, que chegou aqui. Deputado Mendes Thame, Senador Eduardo Suplicy, Deputado Roberto Freire, Senadora Vanessa Grazziotin e Senador Lindbergh Farias. Aí o outro, em deferência a V. Ex<sup>a</sup>, e se o Senador Lindbergh topar, no lugar do Senador Lindbergh, que gosta de falar sempre mais



---

para o fim, para fazer uma espécie de resumo, uma síntese de todos os comentários, não só dos Senadores e Senadoras, mas também do Ministro da Fazenda. Então, nesse bloco, a última inscrita é a Senadora Kátia Abreu.

**A SR<sup>a</sup> KÁTIA ABREU** (PSD – TO) – Eu agradeço enormemente a delicadeza do Senador Lindbergh.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, por que não faz um bloco só?

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Se todo mundo concordar, nós vamos fazer um bloco só.

**A SR<sup>a</sup> KÁTIA ABREU** (PSD – TO) – Quantos são?

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Depois disso, vem Senador Sérgio Souza, que não se encontra presente; Senador Ferraço, também não; Senador Romero Jucá, também não; Senador José Agripino, idem; Senador Cristovam, aqui presente; Senador Luiz Henrique, idem; Senador Raupp, não presente; Senador Flexa. Então são três a mais.

Portanto, vou considerar o seguinte: está encerrada a inscrição. Se chegar, já não fala mais, porque o Ministro Guido Mantega tem também aí uma agenda forte a partir das 14h. Portanto, eu queria pedir a todos os Senadores e Deputados objetividade. Então vamos fazer de uma carrada só.

Com a palavra o Deputado Mendes Thame, por cinco minutos.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Ilustre Senador Delcídio, que preside esta reunião, Ministro Mantega, que nos dá uma excepcional oportunidade, com a sua disposição às respostas, Sr<sup>a</sup>s Senadoras, Senadores, Deputadas, Deputados, vou fazer duas observações rápidas. Uma sobre a economia como um todo, que foi apresentada no início, e a segunda a respeito das cadernetas de poupança.

A respeito da economia, o que nós temos assistido nesses anos, é uma insistência do Governo em privilegiar gastos de custeio e não gastos de investimentos. Quando se cortam os gastos para ter o superávit fiscal, o corte é sempre dos gastos de investimentos. Os custeios são fixos? São. Quando o Governo entrou, gastava R\$70 bilhões com a folha de salário, hoje gasta aproximadamente R\$200 bilhões, em termos nominais é um acréscimo estupendo, um negócio inacreditável, algo vultoso, mas o fato é que não se consegue cortar nem os demais gastos de custeio. Resultado, cortam-se os investimentos, e sobram poucos, muito poucos. O Governo investe muito pouco e quase nem investe disso que está no Orçamento.

Vamos pegar os dados do PAC. V. Ex<sup>a</sup> apresentou aí um dado que mostra que, neste ano, o que está sendo empenhado e pago no PAC é maior do que o valor verificado no ano passado. Mas os dados que temos não batem com isso, a menos que V. Ex<sup>a</sup> tenha colocado aí os dados referentes ao programa Minha Casa, Minha Vida, em que o Governo não faz uma licitação, mas dá o dinheiro para a empresa que se enquadra naqueles critérios como um



financiamento. Quando se trata de licitação, quando se tem de cumprir a Lei nº 8.666, a situação se inverte. Piorou muito, neste ano, o que é empenhado e o que é pago. Por exemplo, no Ministério dos Transportes, nesses primeiros quatro meses, o valor total empenhado, gasto e pago, em relação aos quatro primeiros meses do ano passado, diminuiu 40%, ou seja, o Governo não consegue gerir, não consegue administrar as obras. Tanto o Governo não consegue fazê-lo, que fez uma declaração de *mea culpa*: está mandando a proposta de se estender o Regime Diferenciado de Contratações, que é um estrupício, para as obras do PAC. Nós o aceitamos, em caráter excepcionalíssimo, para as obras da Copa e das Olimpíadas, mas imagine fazer isso agora para oito mil obras do PAC!

O PAC é uma árvore de Natal onde se penduram novas obras sem nenhuma visão sistêmica do todo, sem preocupação em realmente romper os gargalos e em enfrentar os obstáculos. O Governo simplesmente diz: “É do PAC. Não é do PAC”. Como é que vamos resolver a incapacidade do Governo de gerir e estender o Regime Diferenciado de Contratações para essas obras? É um absurdo! Joga-se no lixo a Lei nº 8.666, que é a Lei das Licitações!

Faço uma segunda observação: se o Governo não consegue investir, não daria para haver um aumento, é evidente. O Governo não consegue fazer licitações. Poderíamos imaginar que V. Ex<sup>a</sup> viesse aqui para falar: “Vamos estimular a economia pelo caminho certo, fazendo investimentos na infraestrutura, para romper os gargalos, para diminuir os custos”. Mas não se consegue fazer isso! Então, o que imaginamos? Vai estimular as exportações?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP)** – Vou reduzir.

Também já estão com a consciência de que, quanto às exportações, se não fosse o agronegócio, se não fosse o setor agroindustrial, estaríamos quebrados. Ou seja, só o câmbio não resolve. É preciso mexer no custo Brasil.

O que sobrou? Consumo. Tudo bem! Ótimo! Vai aumentar a renda do trabalhador, diminuindo os impostos sobre os bens de salário, os bens da cesta básica de alimentação, os bens da cesta básica de construção? Não é isso que está sendo proposto! Trata-se de aumentar o endividamento, a possível renda futura do trabalhador atualizada para o momento presente. Como faço essa atualização para o momento presente? Diminuindo essa renda com o percentual de juros, que é extirpado da renda e vai para o sistema financeiro, o que está no limite, Sr. Ministro. Em São Paulo – os dados já mostram –, mais de 20% das famílias, uma em cinco, estão impossibilitadas de honrar as prestações. E ainda vamos estimular esse sistema? É algo, no mínimo, temerário.

Por último, quero falar da questão das cadernetas de poupança. A caderneta de poupança não é um sistema mais atraente do que o sistema de fundos de investimentos. Ela só fica mais atraente na hora em que não se cobra o Imposto de Renda. Ou seja, imaginávamos que o Governo, nessa fase de



---

transição, em que a Selic ainda está acima de 8,5%, começaria por estimular os outros fundos, diminuindo o Imposto de Renda daqueles que ajudam o Governo a rolar sua dívida de R\$1,8 trilhão. Faz-se isso diminuindo o Imposto de Renda ou forçando os bancos, numa queda de braço, a diminuir as taxas de administração. Não! O Governo optou por diminuir o rendimento do pequeno poupador e o fez corretamente, é claro, preservando o passado. Isso é muito correto. Com esse esforço de diminuição dos juros todo brasileiro concorda.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Deputado Mendes Thame, peço que conclua, por favor.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP) – Vou encerrar.

Mas não se colocou nenhuma salvaguarda, como, por exemplo, até 50 salários mínimos, mantém-se o sistema anterior para aquele pequeno poupador que fica, por mais de dois anos. Por outro lado, não há nenhum projeto de renegociação de dívidas, como foi feito para o setor rural; não há nenhum projeto também, nenhuma medida no sentido de, para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que paga 3%, pelo menos igualá-lo à caderneta de poupança?

Havia mais algumas questões, mas, em atenção ao seu pedido, vou encerrar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Mendes Thame.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, por cinco minutos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral; caro Ministro Guido Mantega. Era 1983 e, num certo dia, eu arguí, como das outras vezes, com muita assertividade, discordando do então Ministro do Planejamento, principal, Antônio Delfim Netto. Algumas vezes dele discordei. Outras vezes, em tempos mais recentes, tenho concordado, inclusive no início do meu mandato aqui, no Senado.

Certo dia fui fazer uma visita a ele sobre o primeiro projeto de garantia de renda mínima que eu havia apresentado, através de um imposto de renda negativo. Foi ele quem me deu uma das primeiras referências bibliográficas da Srª Juliet Rhys Williams, que, na Inglaterra, pelos anos 20, 30, apresentou projeto de lei para instituir uma renda básica incondicional.

Eu gostaria até de fazer uma homenagem aqui ao ex-Ministro Antônio Delfim Netto, ex-Deputado Federal, porque eu acho que ele escreveu um texto que inclusive contribuiu muito para esclarecer as medidas adotadas por V. Exª e pela Presidenta Dilma sobre a poupança.

Vou ler aqui uma síntese do que ele escreveu, porque eu gostaria de saber sua avaliação, inclusive tendo em conta as avaliações críticas que foram formuladas às vezes aqui, no Congresso.



*A mudança do regime de caderneta de poupança facilitará não apenas o objetivo de trazer a taxa de juro real do Brasil ao nível internacional, mas também a vida das famílias que encontram naquele instrumento refúgio seguro, líquido e certo. Para entender isso, lembremos que elas abrigam quase 100 milhões de depositantes, 98% dos quais têm poupança inferior a 50 mil, num montante total que, em março de 2012, atingia 429 bilhões e hoje, 438.870 [conforme V. Ex<sup>a</sup> há pouco salientou].*

E ele didaticamente disse:

*Suponhamos que uma família tenha um depósito de R\$2 mil para atender uma emergência pela qual recebe 6,37% ao ano, R\$128,00, correspondentes ao juro acumulado mensal de 0,5% ou 6,17% ao ano, somada a taxa de referência fixada pelo BC, 0,2%. Suponhamos ainda que essa mesma família tinha uma dívida de R\$1.000,00 mantida durante todo o ano e pela qual um credor altruísta cobra apenas juro de 2,84% ao mês, 40% ao ano, ou seja, R\$400,00. Qual o resultado dessa conta sobre os rendimentos da família? Ela recebe juros de R\$128,00 e paga de juros R\$400,00. Logo, sua conta de juros, negativa, é R\$272,00. Suponhamos agora que a taxa Selic, que está hoje em 9%, seja reduzida para 7,5% e permaneça nesse nível durante um ano. O que acontecerá com o rendimento da poupança da família com relação ao depósito já feito de R\$2.000,00? Absolutamente nada. Continuará a receber os mesmos R\$128,00 com as mesmas garantias. Apenas os eventuais novos depósitos à nova caderneta serão creditados. Pela nova regra, 70% da Selic mais TR à taxa de juro de 5,45% ao ano. Qual a diferença de rendimento anual de R\$2.000,00, produzido pela mudança? Na caderneta velha, ele recebe R\$128,00. Na nova, R\$109,00, ou seja, uma diferença de R\$19,00. A aritmética terrorista dirá à família que ela perdeu 14,8% do seu rendimento, 19 sobre 128, exatamente o oposto do que sem tirar no bolso no fim do ano se o credor altruísta tiver de reduzir a sua modesta taxa de juros de 2,84% ao mês, 40% ao ano, para 2,21%, 30% ao ano, que, no fundo, é o objetivo da política do Governo quando insiste em pressionar as taxas de juros.*

*O resultado é simples. Com o seu estoque de R\$2 mil na caderneta velha, ele continuará a receber 128. Mas os juros da sua dívida cairão se a política econômica tiver sucesso, digamos, de 40% para 30% ao ano. Qual o resultado final para a família? Economizará R\$100,00 no pagamento dos juros, que poderá depositar na caderneta nova e, eventualmente, ampliar o seu consumo.*

*Repetindo Pascal, podemos dizer que, nesses tempos, a verdade é tão obscura e a mentira é tão bem estabelecida que não a enxergaremos, a menos que nos esforcemos muito.*

Resolvi dedicar este meu tempo hoje em homenagem a uma explicação que eu acreditei ser tão didática. Mas perguntaria se V. Ex<sup>a</sup> está de acordo.

No mais, quero cumprimentá-lo pela atuação, pelo seu desempenho, não apenas ao explicar aqui, mas pelos resultados efetivos expressos na taxa de desemprego, de 5,7%; nas reservas de 373,7 bilhões, na taxa de câmbio de 2,05%.



E até gostaria de perguntar, porque V. Ex<sup>a</sup> não mencionou desde que houve essa alteração para mais na taxa de câmbio, quais foram os efeitos para as exportações e para as importações na dívida do setor público, que baixou, em 2002, 60,4% PIB hoje para 35,7% e a manutenção de taxas razoáveis de inflação e a perspectiva de um crescimento bastante razoável, tendo em conta a crise internacional, que afeta outros países.

Então, meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>, Ministro Guido Mantega.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Suplicy.

Com a palavra o Deputado Roberto Freire, por cinco minutos.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PPS – SP) – Vou falar como Oposição e não como representante da Comissão que analisa a Medida Provisória, até porque aqui, como representante, teria que seguir a maioria e não iria fazer algum questionamento crítico em relação ao Governo.

Falaria fundamentalmente sobre a caderneta de poupança, mas a apresentação do Ministro me trouxe algumas preocupações.

Ele é um exemplo típico da continuidade do Governo Lula com o Governo Dilma. Não vou discutir Pangloss. Mas é de propaganda, de um otimismo. No Brasil, não se manipulam, como na Argentina, dados. Mas aqui se utilizam dados ao bel-prazer do interesse do freguês.

Há uma mania no Brasil de se comparar o Brasil de hoje com o Brasil de ontem. E evidentemente, nós não estamos andando para trás. Aí sempre apontamos como algo importante acontecendo e gera-se um clima de euforia.

Antes da crise, o Brasil crescia e, como se fazia comparação com o Brasil anterior, crescímos e muito. Mas se olhássemos para o mundo, nós iríamos ver o desempenho medíocre da economia brasileira. Éramos um dos poucos países no mundo que cresciam menos que a economia internacional. Concreto, dado objetivo, sem manipulação. Continuamos na mesma.

E aqui há um dado interessantíssimo: coloca-se o problema do Fundo Monetário Internacional analisando-se o desempenho das economias para o ano de 2012.

Eu agora me perdi; é danado, mas eu vou me lembrar.

Todos os países – e foi usado colorido –, mas todos os dados de crescimento ou do desempenho de 2012 eram do Fundo Monetário Internacional; do Brasil não, do Brasil era do Governo brasileiro. Impressionante isso! Para quê? Para poder dizer que nós vamos crescer 4% em 2012? Dissemos que em 2011 iríamos crescer 5% – o Senhor, Ministro. Chegamos ao ponto de ouvir no Brasil que se deve ter cuidado com o que o Ministério da Fazenda diz, porque provavelmente não vai acontecer.

E aí vêm vários dados. Entre os desafios, está a necessidade de se aumentar investimentos, nós estamos com menos investimentos. Apresenta-se o PAC, cujo desempenho também é sofrível, mas em relação ao ano passado. Mas



aí, quando se vai ver, há muitos restos a pagar – não falo nem do programa Minha Casa Minha Vida: são restos a pagar em grande parte. E mais: quando se vai querer aumentar, dinamizar investimento, aí se olha sempre para o consumo. São as medidas que beneficiam aquilo que parece ser um cacoete deste Governo. Não sei se é porque Lula era metalúrgico do ABC, onde estava sediada a indústria automobilística, mas parece que a única indústria brasileira é a automotiva.

E aí vem para o consumo, poupança não, investimento menos ainda. Analisa-se redução, renúncia fiscal, incentivo. Agora, não se discute, por exemplo – essa discussão está atrasada –, como facilitar investimentos em saneamento, que poderia ter uma diminuição de seus encargos, o que, evidentemente, seria um bom antídoto ao processo e à crise que já está instalada – já se viu na Europa, e é verdade, que não cabe austeridade, mas cabe buscar investimento para promover o desenvolvimento.

Aqui se lança mão do mesmo mecanismo usado por Lula em 2010 contra a marolinha: vamos incentivar o consumo. E aí, desculpem-me, mas se vem aqui com algo que, se fosse feito por um agente privado da economia, poder-se-ia dizer que se estava cometendo um crime contra a economia popular, porque querer aumentar prestações para um bem que se deprecia desde o momento da compra, evidentemente, é algo absurdo. Não se pode incentivar isso. Não é absurdo o desejo de consumir, claro, mas é um absurdo um governo incentivar isso. Nós estamos vendo a inadimplência crescendo, e ela não vai parar, até porque não há crédito para a inadimplência.

Esse é o quadro que se mostrou aqui, e não adianta dizer que nós não vamos enfrentar a crise agora, neste momento. Se lá era marolinha, dito até, de certa forma, irresponsavelmente, agora não há nada disso, porque o que se vê é a desaceleração da China e crise na Europa, principais mercados para aquilo em que o Brasil se transformou – como naquele tempo da velha Colônia, quando era grande exportador de *commodities* e matérias-primas. Isso começa a repercutir muito fortemente na economia brasileira, e eu não estou vendo um governo com capacidade de enfrentar isso, salvo medidas pontuais.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Conclua por favor, Deputado Roberto Freire.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PPS – SP) – Concluo com a questão da poupança, até porque grande parte da intervenção do Ministro foi para discutir isso – de novo um processo de euforia, parece que estamos no melhor dos mundos, mas o que os dados estão indicando é que se aproxima não uma marolinha ou um *tsunami*, mas uma crise séria que vai afetar a família brasileira, que já começa a ter problemas.

Fala-se em 900 mil empregos, um milhão de empregos...

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM. *Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)



**O SR. ROBERTO FREIRE** (PPS – SP) – Vanessa, não se preocupe, vocês vão ter tempo demais para elogiar o Governo, até demais.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – O seu tempo já acabou há muito tempo.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PPS – SP) – Não vai cortar o meu tempo. Eu peço a você... Claro, deixe o Presidente continuar presidindo a sessão, Vanessa.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Conclua por favor, Deputado Roberto Freire.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PPS – SP) – Vai-se criar 1,4 milhão de empregos – já está em declínio. Qual é a população economicamente ativa que entra no mercado de trabalho? Disso não se fala, é só um lado dos dados estatísticos.

Pois bem, eu quero dizer algo em relação à Medida Provisória que trata da poupança.

Nessa visão de que o consumo é que é importante, de que é o grande instrumento, menospreza-se a poupança, não se incentiva a poupança. E aí precisamos tratar da questão da taxa de juros. Aonde vamos? Não, não é a questão da rentabilidade do fundo, não é discutir a dívida interna brasileira, se podemos renegociá-la, ampliar o seu perfil, as letras. Não, vai-se em cima da poupança, sistematicamente. Lula foi lá atrás e só parou porque a sociedade reagiu, e se viu que aquilo era para beneficiar especuladores e investidores, até porque não era necessária naquele momento nenhuma discussão, até porque não se tinha a tendência da diminuição da taxa de juros.

É muito mais fácil agir assim, e ainda se diz que isso é um ato de muita coragem. Claro, para atender a subalternidade do Governo aos interesses financeiros do setor bancário, aos interesses do grande capital. Aí vem, inclusive, todo esse processo que nós estamos vendo: precisamos consumir e consumir fazendo determinadas escolhas, beneficiando determinados grupos que têm força junto ao Governo, não poupar e investir, porque o investimento brasileiro continua muito baixo e não sei se temos perspectivas de ampliá-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Deputado Roberto Freire.

Com a palavra agora a Senadora Vanessa Grazziotin.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM) – Qual é o tempo, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Cinco minutos.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM) – Com tolerância de quantos minutos, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu não vou discutir tolerância, Senadora Vanessa Grazziotin. Eu tenho sido



---

extremamente paciente porque, dentro do combinado, eu teria de cortar a palavra, mas como eu sempre procuro ser elegante com as pessoas e, acima de tudo, tolerante, eu administro o tempo.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM) – Eu percebi, Sr. Presidente, só fiz esse questionamento porque acho que o tratamento tem de ser igual, já que todos aqui temos compromissos, inclusive o próprio Ministro Mantega. E tendo definido o tempo para cada um, o mínimo que deveríamos fazer – e não me refiro a V. Ex<sup>a</sup>, eu me refiro a nós, os Parlamentares que aqui estamos – seria cumprir com toda disciplina o tempo estipulado.

Sr. Presidente, quero iniciar minha intervenção cumprimentando o Ministro Mantega e, ao tempo, cumprimentar a Presidenta Dilma.

E quero aqui fazer uma revelação. Logo no início do mandato, a Presidenta fez algumas reuniões, promoveu alguns encontros com Senadores de partidos políticos que a apóiam e que participam de seu Governo. Como o meu Partido, o PCdoB, como é um Partido pequeno, nós estivemos juntos, PCdoB, PSB e PDT, numa conversa informal, mas muito importante, com a Presidenta. Do início ao fim da conversa, a Presidenta falou, Ministro Mantega, em juros, juros, juros. Disse que precisamos enfrentá-los e que precisamos ter coragem para diminuir as taxas de juros do País, porque o Brasil não pode mais continuar sendo o líder do *ranking* daqueles que praticam as mais elevadas taxas de juros.

O pagamento dos juros – e aqui não quero ensinar o Padre Nossa a vigário, muito menos ao Papa, ao Bispo – tira recursos públicos do povo e dos investimentos e os canaliza para o setor especulativo. E confesso-lhe, Ministro Mantega, que, à época, não acreditei muito, até comentei com alguns colegas: “Será que ela dança conforme a música?” – ali estávamos partidos mais à esquerda, que há muito defendem mudanças importantes na macroeconomia brasileira.

Então, eu quero cumprimentar o senhor e cumprimentar a Presidenta Dilma pela coragem, porque não é fácil enfrentar uma corrente que não é interna, mas uma corrente internacional, porque muitos perderão. Agora, o povo ganhará, o Brasil ganhará enormemente com essa medida.

E quero dizer que, em sua exposição, Ministro, eu senti muito realismo, mas muito realismo. V. Ex<sup>a</sup> não mostrou aqui o melhor dos mundos. Ao contrário: logo numa das primeiras transparências mostrou aqui os desafios para 2012, mostrando quão complexos são esses desafios, a começar da dinamização dos investimentos, da reforma tributária.

Eu, sinceramente, não vejo a Reforma Tributária com a aprovação de uma lei importante que nós aprovamos aqui, uma Resolução, a de nº 72, que acaba com a guerra nos portos. Não vejo a Reforma Tributária analisar um projeto que, aliás, é nosso Presidente que relata, o Senador Delcídio, que acaba com a unanimidade no Confaz. Para mim, isso vai piorar ainda mais a situação do Brasil como uma federação que é a de ajudar os Estados.



Então, Reforma Tributária eu vejo como V. Ex<sup>a</sup> colocou: uma reforma mais ampla que trate de questões que atinjam vários aspectos e não apenas um, porque senão aqui nós criamos uma guerra entre nós e podemos até estar contribuindo, ao invés de melhorar e diminuir esses embates, essas lutas entre os Estados brasileiros, amplificá-los ainda mais. Então, eu vejo que V. Ex<sup>a</sup> falou com muito pé no chão. Eu, entretanto, Ministro, gostaria de tocar em dois aspectos, basicamente. Um deles diz respeito aos investimentos. Aqui está dito: dinamizar os investimentos... E olha que eu sou daquelas, Ministro Guido Mantega, que defendo o investimento mesmo. Mesmo! Porque tem gente que não fala exatamente o que defende. Defende o investimento, mas a custa de quê? Da queda das despesas de custeio... O que são despesas... Porque tem gente que não fala isso. Fala tudo e tudo, mas não fala isso... Quer investimento, mas vamos cair e derrubar o custeio... O que é o custeio? Eu acho um equívoco a economia brasileira tratar isso como despesa, porque custeio também é investimento. Quando o senhor paga bem o fiscal da Receita Federal, o senhor está investindo no Brasil; quando o senhor paga bem um professor universitário, o senhor está investindo no Brasil – no Brasil! Então, eu defendo a ampliação de investimentos, mas com a ampliação de despesas de custeio que eu acho fundamental para que o Brasil siga nesse caminho da geração de emprego e de construir seu próprio caminho, independente desse mercado internacional e especulativo.

Então, eu quero perguntar ao senhor – e já peço desculpas porque terei de sair, porque a gente tem uma reunião aqui da CPI – sobre quando a gente vai chegar à meta de alcançar investimentos de 25% do PIB? Isso é o mínimo que todos os teóricos e economistas (o mínimo necessário) gerando os empregos que o Brasil necessita.

No mais, Ministro Mantega, eu quero dizer que eu também me coloco entre aqueles que achavam que alguma salvaguarda deveria existir. Alguma... Pequena que fosse, mas deveria existir, Deputado Mendes Thame, pequena mesmo, mas deveria existir. Eu coloquei uma emenda (sei que não vai passar, mas coloquei), para aqueles detentores de caderneta...

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concluindo, Senadora Vanessa Grazziotin...

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM) – Detentores de caderneta de poupança que recebem até dois salários mínimos.

Muito obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu vou... A Senadora Marta Suplicy, que está inscrita aqui, ela terá de abrir a sessão do Senado. Como ela vai ser breve... Se todos me permitirem, eu darei essa oportunidade a ela para falar...

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco/PMDB – SC) – De pleno acordo, Sr. Presidente. Nem precisaria consultar o Plenário.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Estão todos de acordo? (Pausa.)

Tem a palavra a Senadora Marta Suplicy.

**A SR<sup>a</sup> MARTA SUPILCY** (Bloco/PT – SP) – Muito obrigada.

Caro Ministro Mantega; prezado Presidente, muito obrigada pela gentileza.

O que eu quero perguntar é sobre a regra da poupança e o FGTS. Sobre o principal tema desta audiência, que é a mudança das regras na caderneta, eu quero saber se o Governo estuda propor mudanças similares a outros fundos que têm taxa de juros fixadas por lei. Eu estou me referindo ao FGTS que sempre seguiu uma regra de remuneração similar ao da poupança: TR + 13% ao ano.

Eu sou a Relatora da Subcomissão do Senado criada exatamente para rever a legislação do FGTS, enfrentando o desafio de aumentar a remuneração da conta do trabalhador sem comprometer os recursos para habitação, saneamento e infraestrutura. Minha pergunta é: Não seria adequado impor uma regra similar ao da poupança para os 3% de juros fixos do FGTS para que nós não tenhamos problemas quando a Selic cair abaixo de 6% ao ano?

Questão dois: sobre a tributação do consumo.

Foi anunciada ontem uma redução de IPI para os automóveis. Isso já foi em parte conversado aqui e eu considero uma medida importante no sentido de reduzirmos a elevada carga tributária sobre o consumo no País. No Brasil, os tributos indiretos respondem por cerca de 49% da carga tributária total contra 31%, em média, dos países da OCDE. Minha pergunta: Não está na hora de nós avançarmos ainda mais com a redução da tributação sobre consumo? Não seria o caso de retomarmos a proposta do Imposto sobre Valor Adicionado, o IVA unificado, enviado pelo Presidente Lula ao Congresso em 2008?

E por último, sobre a dívida de Estados e Municípios, eu gostaria de saber se teremos uma decisão sobre a revisão das dívidas dos Estados e Municípios, isso porque as atuais taxas de juros do IGPD mais 9% são abusivas.

No momento em que a nossa Presidenta Dilma pressiona os bancos para a redução das taxas de juros, não podemos deixar que se cobre dos Estados e dos Municípios – e eu falo do meu Estado de São Paulo, pois já passei por isso na Prefeitura e sei o que é pagar aqueles impostos – essas taxas, visto que o que vem sendo pago nos últimos dois anos é realmente sem sentido na situação de hoje. Parece contrato do antigo BNH, em que o mutuário paga, paga e o saldo continua crescendo.

Os dados são impressionantes: o Município de São Paulo, por exemplo, devia 13 bilhões em 2000; pagou 15 bilhões e deve 48 bilhões. O Estado de São Paulo devia 40, pagou 75 e deve 171 bilhões.

Então, eu gostaria de cobrar providências do Ministério da Fazenda nesse sentido e saber quando vamos ter uma solução?



Agradeço a resposta. Vou ter que abrir sessão, mas a minha assessoria está aqui para ouvir tudo direitinho, Ministro Mantega. Desculpe não poder ficar aqui ouvindo-o pessoalmente.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senadora Marta Suplicy.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

**A SR<sup>a</sup> KÁTIA ABREU** (PSD – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Gostaria de cumprimentar o Sr. Ministro Guido Mantega e os colegas Senadores e Senadoras. Vou falar o mais rápido possível.

Sr. Ministro, tem um Projeto de Lei de minha autoria, nº 704/11, que já apresentei ao Secretário Nacional de Política Econômica, Dr. Márcio Holland, no sentido de igualar a isenção de impostos para os caminhoneiros autônomos, a exemplo dos táxis. Anteontem, uma grande entrevista na televisão, uma grande reportagem demonstrou que temos hoje 270 mil caminhões velhos causando poluição e, principalmente, morte e acidentes nas estradas.

Então, hoje temos duas fotografias: caminhões muito novos das grandes empresas ou caminhões muito velhos. Se nos pudéssemos igualar, já que demos essas isenções para os carros no valor de quase 10%, isso daria uma redução de 8,49% e não seria para ampliação como combinei com o Secretário Marcio, mas apenas para aqueles caminhoneiros que estivessem cadastrados – e existe um cadastro nacional para renovação dessas frotas, a exemplo dos táxis do Brasil, que hoje é considerada uma das melhores frotas do mundo. Tenho certeza que seria de grande valia para a economia e, principalmente, para a redução dos acidentes e da poluição no Brasil.

Sr. Presidente e Sr. Ministro, com relação à poupança, quero aqui reconhecer a importância dessa medida. Acho que é bastante acertada. Precisamos continuar reduzindo os juros para manter a competitividade das empresas e de todo o Brasil. Mas há dois pontos importantes como argumentos para essa ação da poupança e que talvez tenha me distraído e não tenha ouvido o senhor dizer. Uma delas diz respeito à regra básica das finanças.

Todo rendimento de qualquer investimento tem que ser proporcional ao risco. Se a poupança tem um risco muito menor, é óbvio que, pelas regras e pela lógica da economia, também tem que ter uma remuneração menor do que as atividades de alto risco. A violação dessa lógica poderia causar um dano muito expressivo para o sistema bancário brasileiro. Então, quero dizer que está correto a poupança, por ter menos risco e pela lógica econômica, ter uma remuneração menor, ou estaríamos trazendo um transtorno à economia.

O segundo ponto que deve ficar muito claro – e não sou Líder do Governo, não sou da base do Governo e nem a Presidente me pediu que a defendesse em qualquer situação – é que pessoas falam em herança, mas eu não



---

gostaria de falar em herança e, sim, em consequências do governo anterior com relação à dívida bruta do País relacionada ao PIB.

Essa dívida bruta foi aumentada enormemente no governo anterior. Mas a Presidente recebe essa dívida diferente da dívida líquida, já que houve uma diminuição expressiva. Sabemos que esse aumento da dívida bruta foi consequência das capitalizações da Petrobras, do BNDES, de políticas feitas no governo anterior. O mais grave é que tudo isso também veio acompanhado de uma alta carga tributária e empurrado por gastos correntes expressivos, também do governo anterior, de 8% ao ano. Então, temos que reconhecer que a Presidente tem feito um esforço, mas, de fato, recebeu números preocupantes e difíceis.

E um dos motivos que os fundos de renda fixa precisam existir em seu montante de um trilhão, como é hoje, é porque justamente esses fundos de renda fixa que financiam a dívida pública brasileira. Se houver uma corrida para a poupança e uma diminuição nos fundos de renda fixa, como vamos financiar uma dívida de R\$2,7 trilhões, aumentada, como eu disse, no governo anterior?

Quero, aqui, reiterar e afirmar que, neste Governo, essa dívida bruta em relação ao PIB não foi aumentada. A Presidente, o Governo tem mantido estável essa dívida. Então, é preciso estar muito claro na cabeça das pessoas por que a poupança não pode render mais do que os fundos de renda fixa.

Mas vou fazer minha pergunta. É algo que me tem preocupado muito, Sr. Ministro. Nós observamos que, no Governo Lula – o senhor, inclusive, era Ministro –, o crescimento foi dado em três pilares mais importantes, especialmente o aumento do salário mínimo, que tivemos a condição de fazê-lo, e a forte expansão do crédito, que aumentou de 24% para 49%, desde o Governo Lula até hoje. Esses dois pilares. E um terceiro, apoiado pelo valor de troca das *commodities*. A relação de troca – exportação, importação – fez com que isso trouxesse benefício às empresas, porque o dólar sofreu uma desvalorização.

Com relação a esses três pilares, Sr. Ministro, o senhor não acha que estão, de certa forma, esgotados para este novo Governo, quando avaliamos, por exemplo, o endividamento das famílias? Na verdade, temos a inadimplência das famílias, o endividamento das famílias e o comprometimento da renda das famílias com a dívida de juros e das suas parcelas. E todos esses indicadores estão, de certa forma, bastante elevados com relação à média mundial. Então, a inadimplência das famílias, pessoa física, 7,5%; pessoa jurídica, 4%; o endividamento das famílias, 40% do PIB, e o comprometimento da renda, que acho mais grave, o que a pessoa gasta do seu salário para pagar a prestação e os juros, 22%. Nos Estados Unidos, são 12%.

Então, a minha pergunta é se esses três pilares, se a expansão do consumo, a expansão do crédito que leva à expansão do consumo, que no Governo Lula fortaleceu o poder de compra do mercado... Reconheço que a classe média cresceu, foi importante para o Brasil. Só quero, com a minha



preocupação... Porque, agora, as *commodities* estabilizaram, e nós não podemos contar com a relação de troca tão forte. Só nesses últimos meses, tivemos uma queda da relação de troca de 10%. Se o salário, a partir de agora, aumentar mais do que a produtividade, ele poderá gerar uma inflação expressiva. Aumento de crédito é quase impossível por conta do endividamento que acabei de descrever. Tudo associado a essa crise que afetou e agravou mais lá fora. É natural que também haja uma piora na boa vontade dos investidores. Será que não estava na hora de tirarmos todos aqueles obstáculos que foram criados para entrada de investimentos externos no País, como o IOF, para que essa entrada possa acontecer?

Por último, Sr. Presidente,...

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concluindo, Senadora Kátia.

**A SR<sup>a</sup> KÁTIA ABREU** (PSD – TO) – ...a preocupação com a valorização excessiva do real. É uma coisa até engraçada reclamarmos disso. Há pouco, as indústrias reclamavam que o dólar estava muito barato e que estavam perdendo competitividade, que o real estava muito valorizado. E agora vem a preocupação com o contrário, a valorização expressiva do dólar. Fico pensando nas pessoas que têm dívidas lá fora, que têm seus balanços afetados. Com relação ao aumento do custo das importações de máquinas e de inovação. Como poder conter isso nem para mais, nem para menos, nem para o mar, nem para a terra, para que não prejudique a produção interna, a industrialização interna, mas também não prejudique todos essas questões de importações e do endividamento das empresas lá fora? É claro que também poderá reduzir o poder de compra dos trabalhadores.

Então, fico preocupada, Sr. Presidente, com esses estímulos fiscais, que eles possam na verdade... Sei que são bem-vindos na hora do arrocho, mas na verdade eles podem trazer um desestímulo à busca de competitividade e inovação.

Se avaliarmos alguns setores da indústria brasileira, nos últimos anos, constataremos que são os mesmos que procuram, há 20 ou 30 anos, as subvenções e as proteções. E há setores da indústria, como a agroindústria, o agronegócio, que moram no mesmo lugar que os demais, que enfrentam as mesmas taxas de juros, a mesma carga tributária, a mesma logística, o mesmo câmbio, e que conseguem superar essas dificuldades, enquanto algumas insistem ainda nas proteções, afastando-se, cada vez mais, da inovação tecnológica, que vai fazer com que o País e essas empresas possam crescer de verdade.

Então, agradeço.

São essas as minhas considerações. Eu gostaria de fazer mais, mas não é possível. E o parabenizo, Sr. Ministro, pela atitude da poupança e também pela guerra contra a alta dos *spreads* – dos *spreads* valorizados; acho que isso é da maior importância –, sem prejudicar o setor financeiro, que é importante para o



Brasil, para a democracia, para o capitalismo. Mas o excesso, a exorbitância, prejudica a sociedade, a maioria.

São essas as minhas perguntas. Já estou com uma hora e quarenta minutos de atraso para um compromisso, mas vou escutar a sua resposta da minha televisão, lá do gabinete.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Só vou aqui relacionar os inscritos, até porque eles não estão presentes. E, a partir do momento em que chamar, não vou poder mais, até pelo tempo... Não podemos mais repetir os questionados.

Então, o Senador Sérgio Souza não se encontra. O Senador Ferraço, o Senador Romero Jucá, o Senador Agripino e o Senador Raupp.

Quero até explicar, Ministro Guido Mantega, que hoje, também, há uma CPI e várias comissões funcionando, por isso os Senadores podem não ter permanecido aqui. Hoje é um dia bastante ativo aqui, na Casa.

O próximo inscrito agora é o Senador Lindbergh Farias; depois, o Senador Cristovam Buarque, o Senador Luiz Henrique; terminando, o *grand finale*, o Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT – RJ) – Presidente Delcídio do Amaral; Ministro Mantega – vou tentar ser breve –; ilustre Deputado Roberto Freire, que fez uma fala aqui, puxando o coro da Oposição, mas devo dizer que quero começar a minha fala, trazendo...

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PPS – SP. *Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT – RJ) – Claro! Não. Não, mas estou saudando o ilustre...

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PPS – SP) – Eu não posso dizer que me espelhei em você, porque é muito jovem. Mas você ajudou numa época em que era Oposição.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT – RJ) – (Risos.) Não, sou um admirador de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra, o Senador Lindbergh Farias.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT – RJ) – Sou um admirador de V. Ex<sup>a</sup>, pela história, pela tradição em comum...

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PPS – SP) – Eu também.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT – RJ) – Sei disso.

Mas eu queria trazer, primeiramente, um artigo, de ontem, do ex-Ministro do Governo Fernando Henrique Cardoso, Luiz Carlos Bresser Pereira.

O título do artigo é “Um estadista em construção”, que fala que se estão fazendo dois grandes feitos no Brasil: o combate à corrupção e – aí se entra



---

no debate econômico, que nos interessa aqui – a armadilha das altas taxas de juros e do câmbio desvalorizado.

Hoje, cada vez menos, podemos discutir a economia no Brasil, sem olhar para o mundo, sem olhar para a crise econômica internacional, sem olhar para a Europa.

E a Presidenta, desde o primeiro momento, nesse debate, que V. Ex<sup>a</sup> acompanha... É um debate na Europa... Os velhos planos de austeridade – parece a América Latina, aqui, nos anos 1990 – não estão levando a lugar nenhum. Corte de programas sociais, aumento de demissões; a arrecadação diminui, e a dívida aumenta.

Aqui, a nossa dívida pública só diminuiu, quando houve crescimento econômico. Então, temos primeiro de olhar com clareza o papel da nossa Presidenta nesse jogo internacional, nesse debate econômico internacional.

Estou aqui, nesta CAE, nesses dois anos, nesse um ano e meio, desde o começo do Governo da Presidenta Dilma. O debate inicial... porque vejo... É interessante algumas pessoas da Oposição virem reclamar do crescimento econômico, mas o primeiro debate que houve foi no começo do ano, quando havia um pico inflacionário, que estava muito ligado à elevação do preço internacional das *commodities*. Mas, naquele momento, o Governo lançou as medidas macroprudenciais.

O que se dizia aqui, nesses debates, é que aquilo não servia, que o Governo tinha de aumentar com mais força a Taxa Selic. Se a história nos deu uma lição, Ministro Mantega, se há um pequeno reparo a fazer nessa condição toda é que aquelas medidas macroprudenciais tiveram efeito, sim – um efeito muito forte.

Mas lembro também um debate nesta Comissão, no dia 31 de agosto, quando o Banco Central começou o seu processo de queda das taxas de juros. Baixou 0,5%. Foi uma grita: “O Banco Central está perdendo sua autonomia. Estamos deixando de focar o combate à inflação”.

Acho que a Presidenta colocou o nosso caminho, que é lutar, controlar a inflação, mas perseguir o crescimento econômico. Eu sei que essa não é tarefa do Banco Central. Eu, inclusive, apresentei um projeto nesta Comissão de Assuntos Econômicos que foi aprovado, mas eu sei que não é meta do Banco Central, mas uma meta implícita deste Governo, que é o crescimento econômico, a manutenção de taxas de desemprego no nível atual, que é um dos menores da nossa história, algo em torno de 6%.

Não quero me alongar, só quero dizer, rebateando a fala do Aloysio, que não são políticas improvisadas, há mudanças estruturais. O que está sendo feito com as taxas de juros do País não é pouca coisa, essa medida provisória da poupança não é pouca coisa. A Presidente teve a força de enfrentar o tema e queimar seu potencial político nesse debate. É uma mudança estrutural, e a discussão dos *spreads* bancários...



---

Deixo aqui a primeira pergunta ao Ministro. Eu sei que houve ruídos com a Febraban, a gente a cada dia escuta alguma coisa na imprensa em relação a isso, é uma batalha em início. Mas, em relação à batalha dos *spreads* bancários, eu queria que o senhor falasse como é que está isso em cada aspecto, nos respectivos bancos, nos bancos públicos e nos bancos privados. Em relação ao câmbio também. Só há quinze ou vinte dias que o dólar começou a subir por causa do agravamento da crise econômica internacional, mas, na verdade, foram medidas concretas do governo que fizeram o dólar chegar à casa dos dois reais, que é uma casa que protege a nossa indústria.

Falei tudo isso para dizer o seguinte, Ministro. Cada vez mais, como eu havia falado, o debate internacional é fundamental para nós. Queria que o senhor avaliasse as consequências... De que forma o Brasil, com essa sua política clara, pode se articular com François Hollande, da França, nesse debate? Vamos ter reunião do G-20, de que forma podemos articular uma frente nesse discurso de que somente esses planos de austeridade não são a saída? De que forma a gente pode, a partir da vitória de François Hollande, ter um papel mais ativo? Aliás, a Presidenta vinha falando sobre isso em todos os eventos internacionais de que participou.

Mas tenho uma segunda pergunta, sobre o agravamento da crise internacional. Ontem no jornal *Valor Econômico*... A LCA Consultores, que tem uma estimativa de crescimento do PIB de 2,6%, falava que, "no agravamento da crise na Grécia, o crescimento do nosso PIB seria só de 1,2%". A MB Associados, que trabalha com um crescimento de 2,5%, diz que, "se a Grécia sai da zona do Euro, nós podemos encolher 1% do PIB". Eu queria saber se há um plano para enfrentar o agravamento dessa situação, haja vista que agora, no dia 17 – há uma questão que está entrando, o povo está sendo consultado na Europa –, nós vamos ter eleição na Grécia, e o povo diz que não concorda com esses planos, não concorda mais com esse aperto, com esse ajuste.

Quem lidera na Grécia é uma coalizão da esquerda radical. Alexis Tsipras, cujo partido tinha 4%, foi para 16% e agora está com 25%. O partido comunista grego subiu e, juntos, têm hoje nas pesquisas mais de 40%. É possível que se constitua aí uma maioria que não aguenta essa política de aperto. Pois bem, a minha análise da situação da Europa, a análise deste modesto Senador que não é economista, é de que não há um caminho na Europa que não seja o do agravamento desse processo de crise, até porque a Alemanha tem uma posição muito dura e muito rígida. Por isso é que nós achamos a vitória do François Hollande uma grande esperança. Agora, no caso da saída da Grécia, para onde nós vamos?

E eu faço uma pergunta em relação à questão fiscal, que esteve presente na modelagem de 2008: no caso de agravamento de uma situação como essa, como entraria a questão fiscal? Porque veja bem, Sr. Ministro...



**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Conclua por favor, Senador Lindbergh.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT – RJ) – Para concluir.

A nossa relação dívida/PIB é uma das menores do mundo. A Senadora Kátia Abreu falou aqui que aumentou a nossa dívida bruta. Não aumentou. No começo do governo Lula, a nossa dívida líquida era de 60%; a dívida bruta hoje está em 55%; a dívida líquida hoje está em 36%, uma das menores do mundo. O nosso déficit nominal, que no ano passado foi de 2,5%, segundo a previsão do Banco Central, Ministro Mantega, será de 1,2%, menor do que o da Alemanha, um dos menores do mundo.

Tudo o que nós estamos economizando no pagamento do serviço da dívida, que é muito e vai ser cada vez maior... Na verdade, muita gente aqui, e está aqui o jornalista Ribamar, que escreveu uma coluna no jornal *Valor Econômico* sobre esse tema... Esse dinheiro que é economizado no pagamento do serviço da dívida não fica livre para novos investimentos, ele impacta diretamente no déficit nominal.

Eu acho, sinceramente, Ministro, que cair de 2,5% para 1,2% é uma queda muito grande num cenário de desaquecimento econômico como este. Talvez fazer uma lógica de queda, mas uma queda que facilite nós utilizarmos uma parte desses recursos para investimentos.

E a discussão aqui, Deputado Roberto Freire, quando V. Ex<sup>a</sup> fala do Governo Lula, aqui para nós, para que se tenha uma ideia, no começo do governo, o investimento do Governo Federal em relação ao PIB era 0,3%. Hoje é muito baixo: é 1%! Investimento público... Investimento em relação ao PIB era 16%...

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concluindo, Senador Lindbergh.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT – RJ) – ...E hoje está 19%, 20%!...

Então, veja bem, a gente viveu... O que eu falo desse plano de austeridade da Europa, era justamente o que a gente vivia aqui.

Eu só quero concluir fazendo esta pergunta com relação à questão fiscal com o agravamento da crise.

E quero, só para concluir mesmo, Presidente,...

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas concluindo mesmo!

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT – RJ) – ...que, com relação a Estados e Municípios, Ministro Mantega... V. Ex<sup>a</sup> sabe que este é o ponto em que eu acabo discordando frontalmente do Governo em relação à questão federativa. Mas não vou entrar nesse ponto, só vou entrar em uma coisa aqui...

Os Estados e Municípios estão em situação muito difícil. O Governo Federal está fazendo políticas anticíclicas, e os Estados e Municípios estão



fazendo políticas pró-cíclicas: estão demitindo! Essa é a situação do aperto lá embaixo. Acho que tem um caminho aqui. Da mesma forma que a Presidenta chamou os empresários nesse grande esforço para aumentar os investimentos no Brasil, tem, a partir da negociação da dívida, o espaço para chamar os Estados e Municípios para entrarem nesse grande esforço de aumento dos investimentos nacionais.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lindbergh.

Com a palavra...

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PPS – SP) – Eu queria perguntar ao Presidente se não é só o Ministro que está sendo inquerido? Porque eu também estou...

Mas é só para dizer a vocês, mais uma vez, que vêm defender o Governo falando do Brasil do passado, de ontem e de anteontem. Nós continuamos sendo no mundo um dos países com menor indicador de investimento sobre o PIB. Quando a China é 30%, nós não chegamos a 20%. E isso não se fala. Agora se fala que era 19%, 16%... Se não estivéssemos assim, estávamos andando para trás.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT – RJ) – Mas é um esforço grande da Presidenta!

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh, o debate aqui é com o Ministro Guido Mantega. V. Ex<sup>a</sup> poderá, depois, conversar com o Deputado Roberto Freire, subir à tribuna e fazerem, ambos, um grande discurso, defenderem as posições de cada um...

Senador Cristovam Buarque.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF) – Senador Delcídio, eu vou começar, até por uma questão de método, o que falou o Senador Lindbergh.

Primeiro, para dizer que diferentemente de Roberto Freire, eu faço parte da base de apoio ao Governo. Por isso, estou mais preocupado que Roberto Freire. Este é um Governo do qual eu faço parte – e estou muito preocupado! E não consigo me preocupar tanto com a taxa de crescimento baixa somente; eu me preocupo é com o tipo de crescimento que, ao longo de 50 ou 60 anos, sem fazer a inflexão necessária. Terceiro, meu caro Lindbergh, a Grécia está se suicidando com a austeridade; sem austeridade, vai se suicidar mais depressa. O problema não é de resolver o equilíbrio fiscal apenas, mas o de mudar os propósitos da economia grega: quer continuar crescendo ou quer continuar melhorando o bem-estar de sua população? São dois caminhos diferentes, embora haja correlação entre os dois.

Aí, meu caro amigo, Ministro Guido Mantega, minhas preocupações são, em primeiro lugar, o fato do formalismo da base das formulações econômicas



que a gente vem seguindo durante décadas e anos. Só que durante décadas foi possível seguir... Não dá mais para continuar... A prova é a necessidade de pacotes... Quando a gente usa pacotes – e este é o terceiro ou quarto em menos de dois anos – começa a mostrar o esgotamento de um modelo. Mais um pacote, quinze dias atrás, o da poupança, mais um ontem... Isso significa dizer que as coisas não estão bem no ponto de vista da estrutura. Até pode ser necessário fazer esse tipo de ajuste, mas nós precisamos saber aonde queremos levar a economia brasileira nos próximos 20,30 anos. Pode-se dizer: mas com a crise mundial, pensar 20,30 anos? Tem-se que pensar sim, sem se esquecer os ajustes necessários de cada momento.

Alguém antes falou que a gente queria baixar o dólar... Aliás, queria desvalorizar um pouco o real. E é fundamental... O senhor até disse bem na televisão: "isso é bom!" Só que isso causa inflação, porque está tudo amarrado e a gente não está conseguindo cortar as variáveis que se entrelaçam uma amarrando a outra. Temos de reduzir os gastos públicos, mas vai gerar não só o desemprego como queda da demanda agregada. Cada coisa que a gente mexe dá um problema. Por quê? Porque nós tínhamos um casamento perfeito entre democracia política, crescimento econômico, inovação científica e tecnológica e bem-estar social. Com o surgimento de duas outras variáveis... Aliás, como acontece em todo casamento, ao aparecer mais um parceiro, o casamento complica. Apareceram dois: a independência financeira, os bancos fazendo o que eles querem; e a crise ecológica. Esses quatro entraram em crise.

Ou a gente busca um novo projeto, novos propostos, inclusive como para aumentar o emprego, reduzir a jornada de trabalho, mas vai ter que ter uma redução de salário e vai ter que ter uma boa formação para que o trabalhador desempregado possa substituir o empregado que hoje não se consegue. A gente vai precisar ter uma visão mais permanente.

E aí me preocupa – não sei se o senhor tem lido – as reportagens do exterior (eu trouxe até uma coleção) que até aqui só eram elogiosas. A *The Economist*, a *Foreign Affairs* começam a levantar dúvidas sobre nossa economia. Quando as dúvidas são levantadas, elas começam a gerar um efeito que eles chamam de *feedback* negativo, que vão se agravando ainda mais.

E aí vêm as minhas perguntas: Quanto tempo vai durar esse pacote da desoneração e da facilitação para a venda de automóveis? Quanto tempo a gente não vai precisar para fazer um pacote para resolver a inadimplência que virá? Quanto vai custar à infraestrutura urbana para aguentar esses carros que vão ser colocados no mercado? Quantos anos dão ainda para a gente continuar incentivando a indústria automobilística, como mentor do progresso, sem que as cidades entrem em colapso, como Brasília já está entrando?

Eu gostaria de saber: Por que não investimos, por exemplo, para dinamizar a indústria automobilística, em dar subsídios para o transporte urbano, seja na fabricação, seja no uso? Transporte urbano de qualidade, público... Por



---

que não dar incentivo para táxi, como falou a Senadora Kátia, para radiopatrulha, para ambulância, para produtos que tenham caráter público e não apenas o privado e, portanto, trazem o aumento do bem-estar e não apenas o aumento do consumo?

Finalmente, quanto tempo a gente continuará pensando presos ao curto prazo, sem se pensar ao longo prazo? Eu tenho até a Secretaria de Política Econômica – se não me engano é assim que se chama –, que tem a obrigação de pensar o longo prazo, e deixar até que outros fiquem pensando os ajustes imediatos, acho que ela está toda concentrada na realização desses pequenos pacotes que terminam sendo instrumentos que passam a ilusão de que as coisas estão indo bem.

E aí eu vou lhe deixar, não sei se o senhor viu da outra vez, um pequeno teste que fiz e que diz que a economia está bem, mas vai mal. Ela está bem hoje, mas ela tem tantos entulhos à frente, ameaçando o bom funcionamento dela que, se nós não eliminarmos os entulhos, nós vamos ser surpreendidos, como o foram os espanhóis, como o foram os portugueses que há cinco anos viviam investindo aqui, como a gente gasta dinheiro em Nova Iorque hoje em consumos. Eles viviam comprando nossas praias e, de repente, se afundaram por falta de perceber que a crise não é apenas imediata e conjuntural e que não precisa apenas de inflexão estrutural.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Com a palavra o Senador, paciente e tolerante, Luiz Henrique.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral; Sr. Ministro Guido Mantega; Sr's e Srs. Senadores.

Desatento ao fato de que havia uma lista de interrogadores, eu acabei sendo o 27º inscrito e, confirmando o aforismo romano *dormientibus, ossa*, eu vou limitar minha participação a duas perguntas na linha do necessário, do inadiável aumento dos investimentos públicos e privados no País.

Nós sabemos que o Brasil investe apenas 2,5% em obras de infraestrutura. O investimento público no Brasil, que deveria ser, no mínimo, de 5%, é de 2%. E quanto aos investimentos público-privados, estima-se, o Senador Lindbergh falou em 19%, eu tenho outro dado, 17%, mas que deveriam chegar a 25%.

Eu vou fazer duas perguntas objetivas, Sr. Ministro, no sentido de propor alternativas para a ampliação desses investimentos.

Evidentemente que, não obstante o crescimento das vendas e consequentemente do ICMS, Estados e Municípios perdem com a desoneração do IPI do imposto que lhes é compartilhado. Não seria mais eficaz a desoneração tributária com impostos não compartilhados, tipo PIS/Cofins, já que os Estados e Municípios são importantes agentes do crescimento dos investimentos?



Outra ação que fortaleceria os Estados e Municípios estaria baseada em uma nova disciplina para pagamento da dívida. O Senador Eduardo Braga e eu elaboramos uma proposta de redução dos indicadores, proposta que foi assinada por todos os Senadores do PMDB. Além da redução dos indicadores, eu tenho uma outra proposta em tramitação nesta Casa, que criaria um macroprograma de investimentos. Nós sabemos das dificuldades de novo tratamento da dívida dos Estados e Municípios, em função da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O que nós estamos propondo seria o pagamento de 30% da dívida pelos Estados e Municípios através de um programa de investimentos que os Estados proporia ao Governo Federal e o Governo Federal aprovaria, conjuntamente com os Estados, para que esse programa fosse efetivamente de investimentos, e não de custeio e para que esse programa atingisse aqueles aspectos fundamentais do investimento público, como infraestrutura, educação, saúde, ciência e tecnologia.

É a proposta que eu faço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Com a palavra o último Senador inscrito, Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Delcídio do Amaral, Ministro Guido Mantega, Deputado Henrique Fontana, Deputado Roberto Freire, Srs. Senadores, eu também, Senador Delcídio, cheguei cedo, relatei o empréstimo para o Estado de São Paulo e não me inscrevi. Em função disso, vou encerrar a lista aqui.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco/PMDB – SC) – *Dormientibus ossa.*

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA) – Isso. Mas foi bom porque eu participei de toda a audiência, aprendi com os Senadores e com o Ministro.

Ministro, ainda há pouco, presenciei um debate do Senador Lindbergh com o Deputado Roberto Freire, mas quero dizer aqui que todos nós estamos preocupados não é com o Governo, estamos preocupados com o Brasil, tanto da situação, da base do Governo, quanto da oposição. E acho que todos nós concordamos com isto: que nós queremos que a política dê certo, que o Brasil vença as dificuldades todas, que são maiores no resto do mundo, e não aqui, graças a Deus. Mas o que a gente tem ouvido falar, ouvido em palestras de economistas é que o cenário futuro não é dos melhores.

Vou citar aqui dois economistas que ouvi recentemente, o economista Mansueto Almeida, do Ipea, e o Dr. Raul Velloso, do Fórum Nacional. Inclusive, o Dr. Raul Velloso fez uma citação, dizendo mais ou menos assim: “No passado, o presente era meio desconfortável, mas o futuro era radioso. Hoje, o presente é relativamente confortável, mas o futuro é preocupante”. O que eles demonstram é que o cenário futuro da nossa economia é preocupante.



---

E o Brasil tem problemas sérios, estruturantes, em relação à nossa infraestrutura. Não podemos crescer, porque, se o nosso crescimento for, como todos nós queremos, acima de 5%, de 6% ou de 7%, não teremos infraestrutura para suportar esse crescimento. Existem também problemas na educação. Temos de melhorar a qualidade da educação. Os indicadores, agora, do que fica, da apreensão no ensino, ainda são muito baixos no Brasil. Há ainda um passivo social. Ou seja, temos problemas de toda monta. E aquilo que foi dito aqui, Ministro, preocupa todos nós.

Essas ações que V. Ex<sup>a</sup> tem tomado são necessárias. A mudança na caderneta de poupança era necessária, porque temos de baixar a Taxa Selic, temos de continuar reduzindo essa taxa. A ação da Presidenta Dilma com relação à redução dos juros é necessária. O saudoso Senador e Vice-Presidente José Alencar lutava permanentemente contra os juros altos. O maior juro do mundo estava aqui, no Brasil. Então, tudo isso é necessário, mas só a vontade – V. Ex<sup>a</sup> sabe disso – não vai conseguir fazer isso.

Por que não fazemos, como disse o Senador Aloysio, ações estruturantes? Não vamos falar aqui de governos. Não me estou referindo a governos passados, mas vimos que ações como as que ocorreram no Plano Real e na Lei de Responsabilidade Fiscal trouxeram condições de o Brasil avançar ao ponto em que, hoje, estamos. Sempre digo – digo isto ao meu Partido – que precisamos fazer um Plano Real para a educação, um Plano Real para a saúde, um Plano Real para a infraestrutura, referindo-me ao êxito que foi obtido com o Plano Real na estabilização da nossa moeda.

O ponto a que eu ia me referir especificamente, Sr. Ministro, foi abordado por vários Senadores: por que V. Ex<sup>a</sup> não ataca imediatamente a mudança do indexador das dívidas dos Estados e dos Municípios? Por que não usar essa diminuição dos valores pagos por Estados e Municípios? Não se trata de deixá-los para a utilização em gastos e em custeios, não, mas para a utilização em investimentos. Ou seja, é preciso forçar o aumento dos investimentos de Estados e de Municípios, como disse o Senador, referindo-se a um programa aprovado, inclusive, pelo Governo Federal. Essa é uma reivindicação feita permanentemente. E é justa. Estados e Municípios já pagaram muito além daquilo que tomaram lá atrás, quando fizeram a renegociação da dívida.

Eu perguntaria também a V. Ex<sup>a</sup> sobre a medida provisória que está sendo, inclusive, objeto da audiência pública. Fiz uma emenda.

V. Ex<sup>a</sup> e o Governo da Presidenta Dilma têm buscado a redução da taxa de financiamento, inclusive estimulando as pessoas físicas e jurídicas a buscarem, na negociação com os bancos, até transferir a dívida de um banco para outro com taxas de juros mais atrativas. Só que o Governo não quer abrir mão de nada que cabe à sua receita. Por que não – e fiz uma emenda neste sentido – abrir mão do IOF, quando há uma renegociação da dívida? Porque, quando um cidadão deve a um banco, e há uma oferta de outro banco para transferir a dívida



para esse banco com taxa menor, ele vai pagar o IOF ao fazer a renegociação da dívida. Por que o Governo não abre mão do IOF, para que ele possa também ter ganhado na negociação da dívida?

Eu fiz uma emenda. Está aí o Relator, Deputado Henrique Fontana. V. Ex<sup>a</sup> pode autorizar pelo Governo para que ele possa fazer um atendimento ao cidadão e às empresas brasileiras na redução do estoque da dívida, no caso do IOF. Aí o Governo estaria também colaborando para a redução da taxa.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concluindo, Senador Flexa.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA) – Concluindo, concluindo. Eu esperei pacientemente. Espero que V. Ex<sup>a</sup> me dê a oportunidade de fazer um pedido ao Ministro.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concluindo, Senador Flexa.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA) – Ministro, na Medida Provisória nº 563, o Governo Federal apresentou uma medida correta, inclusive para evitar que as empresas tanto na exportação quanto na importação usassem de um artifício; no caso da exportação, do subfaturamento. Ao fazer a exportação, que elas fizessem a exportação por um valor menor do que o valor de mercado e que o lucro fosse realizado no exterior. Aí a medida provisória fez referência no sentido de que, nesse caso, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido seriam calculados sobre o valor de mercado, no caso desses dois encargos.

Eu fiz uma emenda na de nº 563 para que isso fosse estendido também para a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, que diz respeito aos Estados mineradores, como é o caso do meu Estado, o Pará. As mineradoras exportam da mesma forma; exportam um pouco acima do valor da *commodity*, pago a CFEM, que é a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, que já é um valor muito baixo. Inclusive estamos esperando aqui há três anos que o Governo encaminhe para o Congresso novo Código de Mineração, para que se possa rediscutir essa compensação financeira, pago, então, já por um valor que é sobre a base líquida. Nem é sobre o valor bruto, mas pague por esse valor que é o valor da *commodity*, porque o valor real é feito sobre um faturamento das suas subsidiárias no exterior.

Eu fiz essa emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa, concluindo.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA) – Já fiz essa pergunta ao Secretário-Executivo do seu Ministério, Dr. Nelson Barbosa. Ele disse que, quanto ao Ministério da Fazenda, na opinião dele, a emenda cabia, porque também se tratava do mesmo instrumento usado para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.



Então, eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> o apoio do Governo no sentido de também utilizar esse mesmo instrumento para a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Finalmente, agora, o Ministro Guido Mantega para fechar esta nossa audiência pública, que iniciou às 10h30, e estamos caminhando para as 15h.

Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

**O SR. GUIDO MANTEGA** – Obrigado, Presidente.

Eu tenho catorze páginas aqui escritas com as indagações dos Deputados e Senadores. Então, não sei como vou fazer, porque preciso sair daqui também. E os senhores também. Vou procurar responder o máximo.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu gostaria, Ministro, talvez até em função dos Senadores que estão aqui presentes, talvez uma exposição um pouco mais ampla; e, para os demais, talvez uma resposta mais sintética, até porque eles também tiveram que se deslocar para outras atividades. Até para a gente ser mais objetivo.

**O SR. GUIDO MANTEGA** – Certo.

O Deputado Mendes Thame fala em questões de gastos de custeio *versus* investimentos, e nós temos procurado reduzir os gastos de custeio administrativos e, muitas vezes, confunde-se isso com programas sociais, porque eles têm a mesma rubrica. Portanto, nós temos reduzidos gastos administrativos em prol de mais investimentos e em prol de programas sociais que continuarão se expandindo, porque isso faz parte do nosso programa de desenvolvimento, da nossa estratégia de desenvolvimento. E eu diria que estamos sendo bem sucedidos porque eu tenho dados aqui que falam tanto do resultado fiscal que estamos tendo quanto do resultado em termos de investimento, para mostrar que os investimentos estão crescendo no Brasil de forma expressiva. Talvez não tanto quanto nós gostaríamos, mas estão.

Lá no quadro, está a evolução dos investimentos como percentual do PIB.

Queria lembrar que o PIB, neste nosso período, está crescendo muito mais rapidamente que o PIB crescia lá atrás. Desculpe-me, Deputado, mas eu tenho que falar isso.

Então, está crescendo. E nós estávamos, em 2012, com 16,4% sobre o PIB. Em 2010, chegamos a 19,5%. Em 2011, caiu um pouco. E neste ano, nós estamos em torno de 20%. Portanto, cresceu...

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PPS – SP. *Fora do microfone.*  
*Inaudível.*)

**O SR. GUIDO MANTEGA** – Bom, então pegue o ano passado: 19%. Cresceu investimento...

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PPS – SP. *Fora do microfone.*) – Caiu.



**O SR. GUIDO MANTEGA** – Não. Cresceu 3% do PIB em relação a esse período.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PPS – SP. *Fora do microfone.*) – De 10 para 11, caiu. Estou vendo ali.

**O SR. GUIDO MANTEGA** – De 10 para 11. Pois é, mas o senhor tem que olhar o período mais longo. Está crescendo...

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PPS – SP. *Fora do microfone.*) – Está bem. Eu não olho para as perspectivas. As perspectivas são as melhores possíveis.

**O SR. GUIDO MANTEGA** – Não são perspectivas, isso é concreto.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ministro Guido Mantega, com a palavra.

**O SR. GUIDO MANTEGA** – Posso dizer que, ano a ano...

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Tem que olhar a tendência.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PPS – SP. *Fora do microfone.*) – A tendência é de queda.

**O SR. GUIDO MANTEGA** – Olha, Deputado, nós...

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PPS – SP. *Fora do microfone.*) – Não vamos nos enganar. Eu não me engano.

**O SR. GUIDO MANTEGA** – Então vamos usar só dados reais.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PPS – SP. *Fora do microfone.*) – Sim, exatamente.

**O SR. GUIDO MANTEGA** – Todos os indicadores econômicos e sociais melhoraram, no País, vigorosamente, nestes últimos nove anos; todos se alteraram profundamente. Posso pegar qualquer um, e desafio alguém a me mostrar um que diminuiu. Todos cresceram vigorosamente. Vamos começar pelo PIB. Está certo? O PIB cresceu o dobro do que crescia no período anterior. Está certo?

No período de 2007 a 2010, o PIB cresceu 4,5% em média, com uma crise em 2009. Portanto, é o dobro do que crescia no passado recente. Então, nós implantamos um crescimento dinâmico no País que não havia, era algo que não havia. E mais: o tipo de crescimento que foi implantado é um crescimento de outra natureza do que havia.

Portanto, o Senador Cristovam não está correto em afirmar que nós continuamos com o mesmo padrão de 50 anos atrás. Nós mudamos. Por quê? Trata-se de um crescimento com inclusão social, que não havia, com distribuição de renda, criação no mercado de massa, que não havia. Colocamos mais de 40 milhões de pessoas dentro do mercado de consumo. As pessoas aumentaram... As classes D e E estão praticamente desaparecendo no País. Antes elas eram predominantes. Eram as classes sociais predominantes no País. Elas estão desaparecendo. Vira todo mundo classe C. Aumentam-se as classes C, B e A. Se



---

isso não é uma revolução, se isso não é mudança fundamental, eu não sei o que é mudança.

Bancarização. Nós bancarizamos 50 milhões de pessoas nesse período. O brasileiro não tinha acesso a banco, não tinha acesso a bens de consumo. Muita gente não comia.

Redução da pobreza. A pobreza era 28% da população em 2002, agora é 12% da população. A pobreza caiu violentamente. Então, qualquer indicador que nós pudermos pegar... São dados concretos.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PPS – SP. *Fora do microfone. Inaudível.*)

**O SR. GUIDO MANTEGA** – Estou falando do passado. Não estou falando de projeção.

Então, veja, se a gente não perceber que o País mudou sob todos os pontos de vista, o crédito cresceu, duplicou o crédito nesse período. O acesso das pessoas a bens de consumo aumentou fundamentalmente, aumentou muito; as pessoas hoje têm luz elétrica, que muitos não tinham, o programa de investimentos para infraestrutura aumentou muito, de fato não tinha nada. Nós estamos à zero, com produção de eletricidade, tanto que em 2001 teve um apagão, não tinha eletricidade, investindo na produção elétrica no País. Hoje nós temos oferta de energia suficiente para o País crescer. Nós temos entre os maiores projetos hidrelétricos do mundo que estão em execução no País, que nós não tínhamos, e infraestrutura. Estamos tirando o atraso, havia um atraso, estamos tirando o atraso, mas estamos fazendo. Existem grandes programas.

Eu vou dizer aqui os dados sobre infraestrutura, isso aqui não é projeção, é dado concreto. Investimento e infraestrutura. Depois vou passar ao Deputado, para que ele veja com seus próprios olhos.

Investimento e infraestrutura...

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PPS – SP. *Fora do microfone.*) – E pode contestar os dados?

**O SR. GUIDO MANTEGA** – Contestar dados é difícil, os dados...

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PPS – SP. *Fora do microfone.*) – Não, não. É fácil. Eu já contestei ali.

**O SR. GUIDO MANTEGA** – É difícil contestar dados, dados concretos eu acho difícil, vamos contestar projeções. Aqui, em 2003, dado da ABID – Associação Brasileira de Infraestrutura e das Indústrias de Base –, não é nem do Governo, 59 bilhões e 900, em 2033; em 2011, 160 bilhões investidos em infraestrutura. Certo? Isso é um dado, já aconteceu. Não é projeção. Então está havendo. Precisa mais? Precisa mais, não tenho dúvida e temos que continuar. Por isso que coloquei. Temos vários desafios ali pela frente que temos que enfrentar, porque ainda temos taxas de juros muito elevadas, nós já estamos trabalhando nisso e nós vamos reduzir as taxas de juros, e isso causa uma distorção para a população brasileira, isso atrapalha o consumo, isso aumenta a



inadimplência, o Brasil já pode ter taxas melhores para o pequeno produtor, para o consumidor.

Em termos de reforma, fizemos o Simples Nacional, que é um sistema de tributação, é uma revolução, uma reforma tributária que atende a milhões de pequenas empresas que pagam menos impostos e assim por diante.

A dívida brasileira, tanto a bruta quanto a líquida, caiu, caiu nesse período. O Senador Lindbergh disse que não é economista, mas entende mais do que eu do assunto, já falou aqui que a dívida bruta – e estou falando da dívida bruta – caiu no período, podemos escolher o período mais, recente de 63 para 55%. Então está estabilizado em 55%. A dívida líquida está caindo, porque as reservas aumentam e é claro que interessa mais a líquida, porque senão você vai deixar de lado as reservas para o País.

Então a dívida diminui, a situação fiscal melhora. Os investimentos estão crescendo; a situação da população está melhorando; a pobreza está diminuindo.

Se não há mudanças, eu não sei o que é este País. É claro, problemas continuam existindo. O Brasil ainda tem problemas. O Brasil ainda tem defasagem de infraestrutura. O Brasil tem que enfrentar essa crise, essa nova recaída da crise internacional, que exige uma ação do Governo, do Congresso e de toda a sociedade para enfrentar os problemas que são colocados. E aí temos, ao lado das medidas estruturais, que estamos fazendo, também temos que tomar medidas pontuais, como essas, enfrentar problemas setoriais. E não é só a indústria automobilística, hoje, por acaso ontem tomamos medidas para a indústria automobilística e bens de capitais, mas tomamos medidas para estimular a indústria naval, para estimular a indústria têxtil, para estimular calçados, móveis, bens de capital, todos os setores têm algum tipo de medida que vem sendo tomada. Existem medidas que beneficiam a todos, indistintamente.

Por exemplo, os programas de BNDES, programas de financiamento e taxas de juros baixos, têm outros programas e desoneração fiscal. Só no BNDES, Deputado, o BNDES tem 150 bilhões no ano, de 2012, para emprestar para investimento, para ajudar o investimento privado. Não importa só o investimento público, importa até mais, eu diria, o investimento privado, cujo volume é maior que o investimento público. Há três anos, consecutivos, o BNDES tem mais de 150 bilhões por ano, que são tomados pela indústria brasileira, pela infra-estrutura e que estão produzindo aí esse crescimento do investimento. Então não faltam estratégias, não faltam políticas, o País está avançando apesar das dificuldades.

Em 2008 tivemos uma crise. No passado as crises eram enfrentadas de maneira prejudicial à população, ao País, tudo mais, tinha encolhimento, reduzia o emprego, reduzia o investimento, o Fundo Monetário dizia o que era para fazer. Isso aí mudou. Em 2008/2009 nós tivemos uma crise e nós superamos essa crise e superamos mais fortes do que entramos na crise. O Brasil passou a



ser mais respeitado. Hoje o Brasil é respeitado lá fora graças à nossa situação e às atitudes. Portanto, o Brasil avançou muito, mas vou tentar aqui responder as questões específicas.

O Eduardo Suplicy fala em relação à poupança. O ex-Ministro Delfim Netto faz uma comparação interessante. Por que o que ele está dizendo? Ele está dizendo o seguinte: Olha pessoal, se nós baixarmos a taxa de juros e ao mesmo tempo baixarmos o rendimento da poupança, o poupador vai lucrar com isso, porque ele antes de ser um poupador, ele é alguém que tem crédito, porque não tem brasileiro sem crédito, todo mundo usa crédito no Brasil e, portanto, quando você vai pagar um carnê, vai pagar um crédito, você paga muito alto com taxas muito elevadas. Se a gente conseguir baixar as taxas de juros, o consumidor vai pagar muito menos, vai aumentar o poder aquisitivo dele, vai diminuir a inadimplência dele. Portanto, mesmo que a nova poupança ganhe um pouco menos, ele vai ganhar muito mais no crédito dele, que ele vai pagar menos.

Então concordo perfeitamente com essa análise que você trouxe aqui, feita pelo Delfim Netto, as mudanças no câmbio, que estão à venda, eram necessárias. Vários países vinham utilizando manipulação cambial para terem mais, abre aspas, “competitividade em relação ao Brasil”.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco/PMDB – SC) – Sobretudo a China.

**O SR. GUIDO MANTEGA** – Sobretudo a China. Medidas artificiais, porque você diz: Bom, eu desvalorizo a minha moeda e o meu produto custa 50% a menos. É só por causa da moeda, não é porque ele tem produtividade. Até pode ter, mas no caso você teria que tirar essa variação E durante mais de vinte anos, a China e outros países da Ásia fizeram isso.

Mas como eram países pobres, países subdesenvolvidos, eu acho que assim a gente até tolerava. O problema é quando isso ganha uma escala mundial no momento em que grandes países também fazem isso. Aí já não dá. Então nós tivemos que reagir e, portanto, nós atuamos sobre o câmbio de modo a mudar o patamar do câmbio e acredito que isso faz bem, fundamentalmente para a indústria brasileira, que é o setor mais atingido pela crise.

Portanto, tem alguma consequência, tem algum efeito colateral? Bom, como todo remédio, sempre tem algum efeito colateral, mas você não deixa de tomar o remédio por causa do efeito colateral. Você toma o remédio. Qual é o efeito colateral de um câmbio um pouco mais elevado? Bom, pode ter alguma empresa que pode ter alguma dívida no exterior, que vai pagar um pouco mais caro. Era o risco que ela tomou. Se ela foi precavida ela fez *head*, ou então a empresa já tinha um *head* natural, tomou um empréstimo e ela tem ativos para pagar.

Outra consequência que pode haver é uma pequena elevação da inflação, mas isso já foi medido, é muito pequena a elevação que a inflação pode causar pelo aumento do câmbio. Nós estamos num cenário favorável, porque a inflação está caindo, as *commodities* estão caindo, então a tendência é baixar a



inflação. Portanto, é conveniente, sim, que nós possamos trabalhar com a taxa de câmbio mais elevada, porque isso ajuda a indústria da competitividade.

Eu acho que, de janeiro até agora, nós tivemos uma valorização do dólar de 20%. Então nós ganhamos 20% de competitividade em relação ao dólar. Significa que o produto brasileiro custa 20% menos em dólar. Então é mais competitivo. Você pode exportar mais. Ou quando o produto vem para cá ele fica, o que vem de fora, fica mais caro, e aí viabiliza a indústria.

Vejam a geração de empregos, eu quero desafiar alguém, que me mostrem. Quem já gerou mais empregos do que este modelo econômico que nós implantamos aqui?

Vejam ali o quadro: criamos mais empregos do que esse modelo econômico que nós implantamos aqui. Está certo? Então, nós geramos – ali tem um quadro – mais de dois milhões de empregos, muito mais do que a demanda, tanto que nós chegamos em 2010 a dois milhões e novecentos; em 2011, um milhão e novecentos, mesmo com o PIB menor. É um novo modelo que estimula geração de emprego.

Portanto, faltou mão de obra, nós chegamos a ponto de faltar mão de obra.

Então, como dizer que o Brasil tem os mesmos problemas dos outros países? Eu mostrei aqui e fiz uma comparação que os EUA têm desemprego acima de 8%; a Europa acima de 10%; o Brasil tem o menor nível de desemprego de todos os tempos. E isto é problema? Isto é uma virtude do País. E nós, este ano, vamos continuar, vamos gerar um pouco menos de emprego. Agora, não tem mão de obra para preencher todo esse desempenho. Nós estamos importando, estão vindo de fora para trabalhar aqui no Brasil.

Então, não há problema. Esse modelo que nós implantamos ele gera empregos mais do que na China, proporcionalmente, mais do que na China, porque a China tem uma população muito maior e ela tem que gerar "x" por cento da sua população ativa, portanto estamos bem garantidos. E com isso garantimos o mercado consumidor brasileiro que é dinâmico e que é uma vantagem que nós temos principalmente no momento de crise. (Pausa.)

Bom, eu vou tentar ser mais rápido aqui.

Alguém falou que a meta de investimento deveria ser 24%. Mas nós temos condições de atingir 24% do PIB em investimento até 2014. E isso é uma projeção, isso não é uma realidade, isso só... Mas nós temos que trabalhar para que isso possa ser atingido. Pelo que aconteceu até agora, nós temos condições...

Alguns falaram no problema do índice de correção da dívida dos Estados, essa é uma preocupação de todos. De fato, o índice indicador é o IGPDI, mais 6, em alguns casos; 7,5 em outros; e 9 em outros casos limites.

Então, no passado esse indicador era adequado porque as taxas de juros e inflação eram muito mais elevadas e hoje ele é inadequado. Então, nós temos uma proposição de estabelecer uma mudança muito cuidadosa porque de



---

fato nos zelamos pela Lei de Responsabilidade Fiscal – como lembrou o Senador Flexa Ribeiro – que foi uma conquista do governo anterior, mas nós queremos que ela se mantenha e temos que ir com cautela em lidar com isso.

Por isso que a proposta do Senador Luiz Henrique é uma proposta que mexe com a Lei de Responsabilidade Fiscal, ela faz sentido, evidentemente, porque você atribuiria uma parte do que tem que pagar para o Governo Federal, transformaria em investimento...

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco/PMDB – SC) – Pagaria investimentos, pagaria não deixaria de pagar.

**O SR. GUIDO MANTEGA** – É. Veja a idéia em si é boa; O problema é que ela mexe com a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal e agente procura mexer – aliás, o menos possível não – até hoje não mexemos uma linha, mantivemos tal e qual ela foi aprovada no passado. O que nós temos feito, Senador Luiz Henrique é aumentar a margem de espaço fiscal para todos os Estados, inclusive o seu Estado de Santa Catarina está recebendo uma margem adicional. Nós liberamos R\$ 40 bilhões de margem para os Estados brasileiros, agora no primeiro ano da Presidenta Dilma. O que é uma maneira uma maneira de aumentar investimento na veia, porque é para que os Estados façam investimentos com taxas de juros baixos, viáveis. (Pausa.)

Estou pulando aqui quem não estava para poder...

O Senador Lindbergh fala dessa questão dos *spreads* e dos juros, de fato, é um grande desafio. Eu diria que é a grande distorção que ainda resiste na economia brasileira. Havia muitas distorções, e elas vêm sendo superadas, como a distorção da inflação, do déficit público, etc., e várias distorções. Agora essa distorção é a bola da vez, e ela tem que ser eliminada para que possamos conseguir nos tornar um País mais normal e consiga ter um crescimento mais saudável, mais vigoroso. Não é fácil porque há muitos interesses em torno disso, mas, nitidamente, a maioria da população é favorável a isso. Nós temos o apoio acredito que da grande maioria, de todo setor produtivo, de todo consumidor, todo mundo apóia e nós vamos ser vitoriosos nessa questão. Nós vamos conseguir reduzir esses *spreads*, essas taxas de juros. Esse é um compromisso que nós temos. Isso vai fazer muito bem ao País, será um passo decisivo na normalidade.

Quanto às articulações com o novo Presidente da França, François Hollande, nós, certamente, teremos uma afinidade natural, porque, no G-20, temos defendido estímulos para o crescimento dos países. Não temos nada contra a consolidação fiscal. Acho que certos países até tem obrigação de fazê-la porque abusaram da parte fiscal, mas tem que haver, nos países mais sólidos como a Alemanha, Holanda, etc., uma combinação de uma consolidação fiscal com estímulo a investimentos e uma recuperação dos mercados locais, porque senão aquilo não vai andar.

Politicamente, o fracasso desta política já está dado; o fracasso desta política só de fazer redução de gastos, de despedir funcionários, de reduzir



salários, direitos dos trabalhadores, é uma política que não está dando certo, pois está levando ao impasse político sério. Portanto, na Grécia, poderá agora levar a um impasse político e nós não sabemos qual será o resultado. Vamos ter reeleição no dia 16 e a população poderá optar por sair da Zona do Euro, e aí teremos alguma turbulência financeira forte para a qual o Brasil está preparado. Não estou dizendo que não haverá nenhuma consequência; haverá consequência para todo mundo se isso vier acontecer. Mas nós estamos bem respaldados. O que pode faltar? Crédito? Temos crédito. O que pode faltar? Reduz um pouco o comércio internacional, momentaneamente. Tudo isso é momentaneamente. Nós temos o mercado interno que continua trabalhando. Então, nós estamos preparados para até uma deterioração.

Agora, a eleição do Hollande traz uma nova perspectiva para o cenário europeu, porque não há mais aquele bloco homogêneo alemão, conservador e, agora, nós teremos a possibilidade de uma flexibilização. Acredito que eles vão flexibilizar. Nós temos uma reunião do G-20, no México, no dia 19 e 20 de junho, e teremos oportunidade de discutir isso.

Acredito que eles vão mudar essa política porque mesmo os alemães já começam a sentir os impactos políticos dessa deterioração da atividade econômica. Já o eleitorado dos atuais governantes já está acusando o seu descontentamento. Então, eu acredito que, mesmo que haja um agravamento momentâneo nós teremos uma saída. Os europeus vão ter que ter uma saída, essa saída vai pela direção que nós temos pregado que é a dar estímulos econômicos, fortalecer os mercados, e o mundo todo vai melhorar em função disso. (Pausa.)

Depois, eu fiquei com curiosidade de ver aquele livro do Senador Cristovam que diz “a economia está bem, mas vai mal, o povo vai mal”. Eu quero dizer que eu concordo com 50% do seu livro já, *a priori*, sem ler; concordo com 50%, aquele que diz que a economia vai bem. A outra parte, eu preciso ler o livro para saber qual é o resultado. Aceito o seu livro. (Pausa.)

Eu acho que já respondi ao Senador Luiz Henrique quanto a sua proposta na questão do investimento. A desoneração do IPI é mais fácil do que reduzir o PIS/Confis, se bem que em alguns casos a gente faz o PIS/Confis quando não tem mais IPI, porque o IPI foi feito para isso, é um tributo regulatório, não é exatamente arrecadatório. Então ele serve para regular o IPI, o IOF, a SID, são regulatórios. No caso da PIS/Cofins, quando a gente reduz o PIS/Confis pela lei de responsabilidade fiscal para reduzir esse tributo eu tenho que aumentar outro tributo. Aliás, esse é uma anomalia da responsabilidade fiscal que dificulta a desoneração da economia. Então diz assim a lei, se você exonerar...

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco/PMDB – SC) – Mas essa é uma norma muito boa para Estados e Municípios, para não haver demagogia com redução de IPTU e de outras taxas.

**O SR. GUIDO MANTEGA** – Entendo.



Agora, mesmo para os Estados e Municípios se nós conseguirmos o objetivo daquela media que é estimular atividade econômica o Estado pode perder um pouco no Fundo de Participação, ou o Município, porém ele acaba ganhando na atividade econômica que se multiplica. Como eu lhe disse: ICMS cresce, porque, digamos, a gente faz sobre automóvel, significa que mais automóveis serão vendidos, pagam menos IPI, porém pagam mais ICMS, ISS outros tributos que são de outras esferas, então se compensam.

Agora, nós temos uma dificuldade, um impedimento que para fazer PIS/Confis eu tenho que inventar outro tributo, tem que aumentar uma outra tributação para poder fazer e eu não posso fazer isso mediante excesso de arrecadação, eu posso ter excesso de arrecadação e não adianta nada, tem aumentar o tributo. A lei tem essa...

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA) – Permite-me Ministro?

**O SR. GUIDO MANTEGA** – Sim.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA) – Mas para atender à preocupação do Senador Luiz Henrique, V. Exª podia também atender uma emenda que eu fiz à MP nº 563, porque fiz um projeto que tramita há anos aqui no Senado que nesses incentivos com redução do IPI que a parte incentivada pela União seja apenas na parte que cabe à União, não à parte que vai ser repartido ao Estado e Município. No caso da emenda que eu fiz, a de nº 563, o cálculo da parcela do IPI destinada à perda da União volta para ser redistribuída ao FPE e ao FPM. Então não haveria perda dos Estados e Municípios. Basta atender à emenda que está resolvida a preocupação de todos os Estados e Municípios, que é não perder no incentivo necessário à economia brasileira.

**O SR. GUIDO MANTEGA** – Aí eu não sei se haveria o mesmo impacto, porque a redução seria menor.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA) – Não, não, a desoneração é a mesma. Apenas na distribuição, a desoneração continua, no cálculo da distribuição ela volta para o valor, só o valor... É como se fosse um deferimento na emenda.

**O SR. GUIDO MANTEGA** – Bom, eu vou ler a sua emenda para entender melhor.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PPS – SP) – Nesse sentido, até em função do que nós estamos aqui reunidos, se está mudando a lei da poupança.

Por que não se discutir o problema do PIS/Confis na Lei de Responsabilidade, se isso são uma atitude e uma medida correta em relação aos investimentos?

Por que não se mudar a lei?

Por que a lei aí é impedimento, enquanto na poupança não foi nenhum?



Se for correta a posição de que liberar do PIS/Confis, por exemplo, o saneamento, aumenta o investimento. Esse é um objetivo geral. Por que não estudar isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

**O SR. GUIDO MANTEGA** – Vou encaminhando para o final, só vou falar uma última questão que o Senador Flexa Ribeiro levantou que é a questão da portabilidade. Abrir mão do IOF para renegociar a portabilidade. Nós já estamos nessa direção, se não me engano, já existe uma portabilidade implantada para salários. A portabilidade em salário, não se paga IOF e nem uma outra taxa, já não se paga. Então, já é nessa direção que o senhor está apontando. Para as demais portabilidades, nós vamos isentar o IOF. Então, é bem aquilo que o senhor disse, nessa direção.

Eu gostaria de encerrar aqui...

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA) – Da Cfem, Ministro, por favor.

**O SR. GUIDO MANTEGA** – Como?

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA) – Na 563, o mesmo instrumento que o Governo usou para o Imposto de Renda e para a CSLL... Eu me referi à 563, dizendo que, quando o Governo editou, ele usou o instrumento de que a cobrança do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido nas exportações será feita não pelo valor da exportação em si, mas sobre o valor de mercado. Eu fiz uma emenda para que isso seja estendido para a Cfem também sobre a exploração de minérios.

**O SR. GUIDO MANTEGA** – Perfeito.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA) – Então, eu queria que V. Ex<sup>a</sup> pudesse autorizar... O Relator é o Senador Jucá.

**O SR. GUIDO MANTEGA** – Eu vou me inteirar mais do assunto, para conversar com o Senador Jucá.

Eu acabei de receber aqui a 563, do Imposto de Renda.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA) – Não, é do IPI.

**O SR. GUIDO MANTEGA** – Sim, do IPI. Está bem. Eu olharei a outra também.

Eu gostaria de pedir desculpas caso eu não tenha respondido a todas as questões, mas já são mais de 15 horas da tarde, e todo mundo...

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Já estamos indo para cinco horas de reunião.

**O SR. GUIDO MANTEGA** – Eu gostaria de agradecer a oportunidade de ter vindo aqui e as perguntas que me foram feitas pelos Deputados e Senadores. E estou à disposição para uma nova oportunidade.

Muito obrigado a todos.



**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Antes de encerramos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta Reunião, 22ª Reunião da CAE e 3ª Reunião da Comissão Mista da MPV nº 567.

Os Srs. Parlamentares que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Congresso Nacional* e no *Diário do Senado Federal*.

A Presidência da CAE e a Presidência da Comissão Mista agradecem, mais uma vez, a presença do Ministro Guido Mantega, a paciência, a tolerância e a competência com que tem, mais do que nunca, conduzido a economia do nosso País.

A reunião está encerrada, e amanhã, às 10 horas, nós teremos sabatina do Cade e, às 15 horas, audiência pública dos portos.

Muito obrigado a todos.

A reunião está encerrada.

*(Iniciada às 10 horas e 43 minutos, a reunião encerra-se às 15 horas e 12 minutos.)*